



Grupo Banco Europeu de Investimento • Grupo Banco Europeu de Investimento • Grupo Banco Europeu de Investimento • Grupo Banco Europeu de Investimento



Volume I

Actividades e Responsabilidade Institucional





Grupo Banco Europeu de Investimento • Grupo Banco Europeu de Investimento • Grupo Banco Europeu de Investimento



Volume I

Actividades e Responsabilidade Institucional

Relatório Anual de 2007 do Grupo BEI compõe-se de três volumes separados:

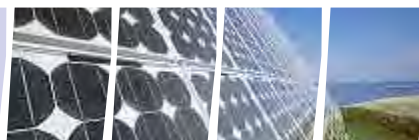
- o volume **Actividades e Responsabilidade Institucional**, que apresenta as actividades do Grupo BEI no ano transacto e as perspectivas futuras;
- o **Relatório Financeiro**, que apresenta as demonstrações financeiras do Grupo BEI, do BEI, da Facilidade de Investimento de Cotonou, do Fundo Fiduciário da FEMIP e do FEI, acompanhadas dos respectivos anexos explicativos;
- o **Relatório Estatístico**, que apresenta a lista de projectos financiados e a captação de fundos realizada pelo BEI em 2007, juntamente com a lista de projectos apoiados pelo FEI. Também inclui quadros sinópticos das operações relativos ao exercício em apreço e aos cinco exercícios anteriores.

No CD-Rom anexo a esta brochura, apresentam-se as informações constantes dos três volumes, o documento *"Corporate Responsibility 2007"*, as principais brochuras e outros documentos publicados em 2007 nas diferentes línguas disponíveis.

O Relatório Anual também é disponibilizado no *site* do BEI na Internet: www.eib.org/report







Índice

Grupo BEI: principais dados estatutários	4
Grupo BEI: balanço sintético consolidado	5
Mensagem do Presidente	6
Plano de Actividades do Banco para o período de 2008-2010	8
Actividades do Grupo BEI em 2007	12
⇒ Desenvolvimento equilibrado da União Europeia	13
⇒ Apoio à inovação	16
⇒ Sustentabilidade ambiental	20
⇒ RTE: Redes de transportes para a Europa	25
⇒ Apoio a pequenas e médias empresas (PME)	30
⇒ Uma energia segura, competitiva e sustentável	33
⇒ Países candidatos e potenciais candidatos	37
⇒ Países vizinhos e países parceiros da União Europeia	39
⇒ Países parceiros nas regiões ACP e ALA	43
⇒ Captação de fundos do BEI	47
Governança do BEI	50
⇒ Colaboração com outras entidades	51
⇒ Governança e responsabilidade	53
⇒ “Pegada” directa e responsabilidade no trabalho	57
⇒ Órgãos estatutários do BEI	59
⇒ O Comité Executivo do BEI	62
⇒ Organigrama	63
⇒ Órgãos estatutários do FEI	68
Projectos que podem ser financiados pelo Grupo BEI	69
Endereços do Grupo BEI	70

Grupo BEI: principais dados estatutários



Banco Europeu de Investimento

Actividade em 2007

(milhões de EUR)

Assinaturas	47 820
União Europeia	41 431
Países parceiros	6 389
Projectos aprovados	56 455
União Europeia	48 664
Países parceiros	7 791
Desembolsos	43 420
Recursos próprios do Banco	38 852
Recursos orçamentais	4 568
Recursos obtidos (antes de swaps)	54 725*
Divisas comunitárias	32 835
Divisas não comunitárias	21 890

Situação em 31.12.2007

Operações em curso	
Financiamentos com recursos próprios do Banco	324 753
Garantias prestadas	165
Financiamentos com recursos orçamentais	1 785
Empréstimos a curto, médio e longo prazo	254 221
Fundos próprios	33 437
Total do balanço	301 854
Resultado líquido do exercício	1 633
Capital subscrito	164 808
do qual realizado e a realizar	8 240



Fundo Europeu de Investimento

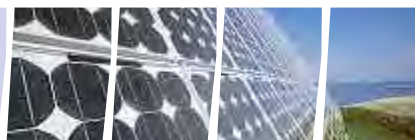
Actividade em 2007

Assinaturas	1 918
Capital de risco	521
Garantias	1 397

Situação em 31.12.2007

Carteira	15 971
Capital de risco	4 388
Garantias	11 584
Fundos próprios	965
Total do balanço	1 074
Resultado líquido do exercício	50
Capital subscrito	2 770
do qual realizado	554

(*) Fundos captados no âmbito da autorização global de captação concedida pelo Conselho de Administração para 2007, incluindo a verba de 77 milhões de EUR captada antecipadamente em 2006.



Grupo BEI: balanço sintético consolidado

Em 31 de Dezembro de 2007 (em milhares de euros)

ACTIVO	31.12.2007	PASSIVO	31.12.2007
1. Caixa e disponibilidades junto dos bancos centrais e dos serviços de cheques postais	27 318	1. Débitos para com instituições de crédito	
2. Efeitos públicos admissíveis para refinanciamento junto dos bancos centrais	2 273 135	a) a prazo ou com pré-aviso	341 757
3. Créditos sobre instituições de crédito			341 757
a) à vista	286 263	2. Débitos representados por títulos	
b) outros créditos	15 816 580	a) Certificados e obrigações em circulação	259 280 003
c) empréstimos	112 323 909	b) outros	892 400
	128 426 752		260 172 403
4. Créditos sobre clientes		3. Outros passivos	
a) empréstimos	156 435 308	a) credores diversos	1 429 085
b) provisões específicas	- 37 050	b) devedores diversos	37 457
	156 398 258	c) valores de substituição negativos	12 945 900
5. Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			14 412 442
a) de emitentes públicos	580 386	4. Contas de regularização	270 724
b) de outros emitentes	10 435 661	5. Provisões	
	11 016 047	a) Fundo de Pensões e Caixa de Previdência	1 038 545
6. Acções e outros títulos de rendimento variável	2 078 830		1 038 545
7. Imobilizações incorpóreas	3 972	TOTAL DO PASSIVO	276 235 871
8. Imobilizações corpóreas	285 720	6. Capital	
9. Outros activos		- Subscrito	164 808 169
a) devedores diversos	145 445	- Não exigido	-156 567 760
b) valores de substituição positivos	9 060 783		8 240 409
	9 206 228	7. Reservas	
10. Fração exigida, mas não realizada do capital subscrito e das reservas a receber	1 061 503	a) fundo de reserva	16 480 817
11. Contas de regularização	30 658	b) reservas suplementares	6 067 178
			22 547 995
TOTAL DO ACTIVO	310 808 421	8. Dotação para o instrumento de financiamento estruturado	1 250 000
		9. Dotação para operações de capital de risco	1 690 940
		10. Resultado do exercício:	
		antes de transferência do fundo para riscos bancários gerais	843 206
		transferência do fundo para riscos bancários gerais relativa ao exercício	0
		Saldo a aplicar	843 206
		Total dos capitais próprios	34 572 550
		Total do passivo e dos capitais próprios	310 808 421

Mensagem do presidente

No ano passado, ao apresentar o Relatório Anual de 2006, salientei que 2007 seria um ano crucial para o Banco Europeu de Investimento, na medida em que seria lançada a sua nova estratégia, voltada para uma maior tomada de riscos e um maior valor acrescentado. O Plano de Actividades do Banco (PAB) fixou objectivos ambiciosos para os financiamentos, sobretudo no que se refere à aplicação do Instrumento de Financiamento Estruturado (IFE), e essas metas foram atingidas e, nalguns casos, foram mesmo ultrapassadas. Por exemplo, o volume de assinaturas no âmbito do IFE foi superior a 1 500 milhões de EUR, quase quintuplicando os níveis de 2006 e, simultaneamente, o BEI quadruplicou os financiamentos destinados a fontes de energia limpas, tendo as assinaturas referentes a projectos de energias renováveis ultrapassado os 2 mil milhões de EUR. Diversas novas iniciativas foram implementadas em parceria com a Comissão Europeia, em particular, o Instrumento de Financiamento com Partilha de Riscos (RSFF).

No exterior da UE, foi implementado com êxito o novo mandato externo conferido pelo Conselho Europeu para o período de 2007-2013. Embora o Acordo de Garantia correspondente com a Comissão só tivesse sido assinado em Agosto, as assinaturas nos países do Alargamento, vizinhos e parceiros elevaram-se a mais de 6 mil milhões de EUR. O BEI é actualmente a instituição de financiamento internacional mais activa na Turquia, nos Balcãs Ocidentais e nos países parceiros mediterrânicos.

Para financiar estes empréstimos, o BEI captou quase 55 mil milhões de EUR nos mercados de capitais internacionais – um valor muito superior aos 48 mil milhões levantados em 2006 – por meio de 236 emissões obrigacionistas em 23 divisas. O Banco Europeu de Investimento continua a ser um dos maiores emittentes no mercado de capitais, continuando a demonstrar a sua capacidade de captação, apesar das turbulências financeiras que têm agitado os mercados desde meados de 2007. Manifestamente, as políticas de gestão prudentes do BEI e a sua qualidade creditícia de primeira ordem, assente na qualidade dos seus accionistas, continuam a merecer a confiança dos investidores.

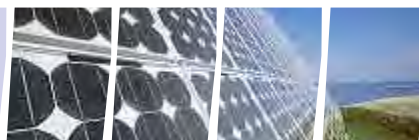
Estes resultados testemunham o árduo trabalho e o profissionalismo do pessoal do BEI, e também a confiança dos seus accionistas e da Comissão na capacidade do Banco de levar a bom termo as políticas-chave da UE e de criar valor acrescentado com as suas operações.

A confiança dos Estados-Membros e da Comissão significa, todavia, maiores responsabilidades e desafios, patentes no PAB 2008-2010 aprovado pelo Conselho de Administração do Banco. O BEI deverá continuar a cumprir os seus compromissos nos domínios da convergência, dos transportes (reforçando a atenção dada aos projectos de RTE prioritárias), da energia (particularmente no que toca às energias renováveis e à eficiência energética), do ambiente, da economia do conhecimento (i2i) e do financiamento das PME.

Quanto a estas últimas, na sequência de um processo de consulta junto dos seus parceiros bancários, das autoridades públicas e das associações de PME, o Grupo BEI está a estudar possibilidades de reforçar ainda mais o apoio a estas empresas.

Este ano, dando mais um passo no sentido de uma melhor integração da responsabilidade institucional na estratégia do BEI, decidimos consolidar as informações a prestar num só documento, "Actividades e Responsabilidade Institucional". Os factos dignos de nota em 2007 são detalhados nas informações adicionais disponibilizadas no CD-Rom e no nosso sítio Web.

No quadro do nosso objectivo de reforçar a transparência das nossas actividades, está a ser criada uma subsecção relativa à responsabilidade institucional no nosso sítio Web, que prestará informações adicionais sobre as nossas políticas e práticas nesta matéria. Além disso, o BEI decidiu aplicar, a partir de Junho de 2007, as disposições do Regulamento de Aarhus 1367/2006 sobre o acesso à informação, a participa-



ção do público no processo de tomada de decisões e o acesso à justiça em matéria de ambiente.

Paralelamente à actualização e publicação do manual de práticas ambientais e sociais, que descreve os processos e práticas internas do Banco, a nossa Declaração Ambiental e Social foi revista e está actualmente em processo de consulta pública. Estas iniciativas melhorarão a forma como avaliamos e mitigamos os riscos ambientais e sociais inerentes às nossas actividades de financiamento de projectos.

Um facto relevante em 2007, no que toca aos financiamentos do Banco no exterior da União, foi a alteração do quadro de avaliação do impacto económico e social (QAIES) a fim de responder às necessidades de cada mandato específico e de avaliar com maior rigor o valor acrescentado do Banco. Sendo aplicado a todos os mandatos externos do BEI, o QAIES permitirá que o Banco avalie e compreenda melhor o impacto dos projectos que financia no exterior da União, tanto *ex-ante*, como *ex-post*, com o objectivo de melhorar as suas políticas e práticas em matéria de responsabilidade institucional no futuro.

ciamento de projectos de investimento numa vasta gama de sectores. O BEI tem apoiado as grandes realizações da União, promovendo o crescimento económico da Europa, enfrentou o repto de seis alargamentos, tendo aumentado o capital de mil milhões de unidades de conta para 164 800 milhões de EUR, e desempenhou um papel crucial na introdução do euro, lançando iniciativas que prepararam o caminho para a transição para a moeda única.

Decorridos cinquenta anos desde o Tratado de Roma, a aventura europeia ainda agora começou. É vital responder aos desafios do século XXI: a protecção do ambiente e a luta contra as alterações climáticas; a promoção da ciência e da indústria para firmar a posição da Europa enquanto grande potência económica, e também a solidariedade mundial no combate à pobreza noutras regiões do mundo. O BEI está firmemente empenhado em ajudar a Europa a responder a estes desafios.

Philippe Maystadt
Presidente do Grupo Banco Europeu
de Investimento

O Banco Europeu de Investimento já tem uma história de meio século de actividades. Tendo sido criado em 1958 para contribuir para a integração, o desenvolvimento harmonioso e equilibrado e a coesão económica e social da União Europeia, adquiriu nestes cinquenta anos uma grande experiência no finan-

Plano de Actividades do Banco para o período de 2008-2010

O plano de actividades pormenorizado do BEI é apresentado num documento acessível ao público, intitulado “Plano de Actividades do Banco”, que abrange o período de três anos, de 2008 a 2010. Desde que, em Junho de 2005, o Conselho de Governadores aprovou a estratégia no sentido de “assumir mais riscos para obter um maior valor acrescentado em prol das políticas da UE”, a acção do Banco tem-se concentrado neste objectivo fundamental.

Para poder consolidar a aplicação desta decisão estratégica, o BEI absteve-se de definir outros objectivos estratégicos para o período de 2008-2010. No seio da União Europeia, o Banco continua a centrar-se em seis grandes prioridades: a coesão económica e social e a convergência na União alargada; a implementação da Iniciativa Inovação 2010; o desenvolvimento das redes transeuropeias (RTE) de transportes e das respectivas redes de acesso; o apoio às pequenas e médias empresas (PME); a protecção e melhoria do ambiente; e a promoção de uma energia segura, competitiva e sustentável.

De acordo com os novos mandatos externos definidos na decisão do Conselho de Dezembro de 2006, os objectivos de financiamento no exterior da UE abrangem as seguintes áreas: apoio aos países em fase de pré-adesão; desenvolvimento do sector privado; segurança do aprovisionamento energético; protecção e melhoria do ambiente; e apoio à presença da UE por meio do investimento directo estrangeiro e da transferência de tecnologias e de *know-how*.

Desafios e respostas

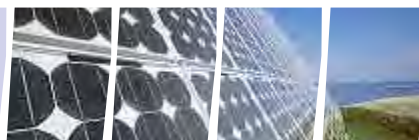
Em 2007, o BEI teve de responder a vários desafios no contexto operacional em que intervém, os quais continuarão a ser importantes. Não obstante a instabilidade prevalente nos mercados financeiros, o Banco assegurou um fluxo contínuo de recursos para investimentos na Europa, nomeadamente, em sectores de que os actores do mercado tendem a afastar-se. À procura persistente de empréstimos para investimento em infra-estruturas justapõe-se a necessidade crescente de empréstimos e de capital de risco para apoiar a inovação. Além disso, os efeitos do alargamento progressivo da UE têm tido impacto no papel do BEI a nível nacional e comunitário, conduzindo a um reforço do seu contributo para a realização das políticas europeias. Simultaneamente, as expectativas das partes interessadas são elevadas, facto que exige a manutenção contínua de um diálogo complexo com a sociedade civil.

A resposta do Banco aos objectivos prioritários de financiamento e aos desafios externos consistiu em as-

segurar uma política de captação de fundos sólida e em orientar a sua acção para as vertentes de actividade mais pertinentes, munindo-se dos instrumentos adequados. Esta estratégia traduz-se num aumento do valor acrescentado dos seus financiamentos, numa nova abordagem do risco, no recurso a novos instrumentos financeiros, no reforço da cooperação com a Comissão Europeia e outras entidades, na auto-suficiência financeira, num planeamento financeiro eficaz, numa afectação dos recursos consentânea com as prioridades e numa maior eficiência.

Tomada de riscos e novos instrumentos financeiros

As actividades do BEI continuarão a caracterizar-se por uma assunção de maiores riscos quando os objectivos estratégicos o exigirem. O aperfeiçoamento da política de crédito e dos sistemas de classificação dos empréstimos e de tarificação do risco do Banco reforçará a sua capacidade de tomar riscos e aumentará o valor acrescentado dos seus financiamentos. Além



disso, alterando a sua política em matéria de risco de crédito em relação aos empréstimos não caucionados a bancos e a grandes empresas, às garantias financeiras e aos substitutos de empréstimos (em particular, os títulos com activos subjacentes e as obrigações titularizadas), o BEI reforçou a sua capacidade de propor estruturas mais inovadoras e operações que permitem reduzir as exigências de capital para os seus mutuários. A nova metodologia de notação interna, conforme com a Directiva 2006/48/CE da UE, foi alargada a novas categorias de activos e aperfeiçoada de forma a que o Banco possa tomar mais riscos, quando a realização dos objectivos estratégicos assim o exija.

O desenvolvimento de operações de maior risco financiadas por reservas especificamente constituídas para esse efeito com recursos próprios do Banco e com recursos da Comissão Europeia, desempenhará um papel importante na execução futura desta estratégia. Os montantes envolvidos são substanciais. No âmbito do instrumento de financiamento estruturado (IFE), foram afectadas reservas no valor total de 3 750 milhões de EUR como almofada de capital para os empréstimos sénior e garantias, incluindo os riscos operacionais antes da conclusão e na fase de arranque do projecto; os empréstimos subordinados e garantias com precedência relativamente à dívida subordinada dos accionistas; os financiamentos mezzanine, incluindo empréstimos obrigacionistas de rentabilidade elevada por conta de empresas indus-

triais em rápido crescimento ou em reestruturação; os produtos derivados ligados aos projectos; e os instrumentos equiparados a participações de capital. O Instrumento de Financiamento com Partilha de Riscos dispõe de uma almofada de capital de 2 000 milhões de EUR (1 000 milhões afectados pelo BEI no âmbito do IFE e 1 000 milhões como contribuição da Comissão Europeia no âmbito do 7.º Programa-Quadro de Investigação e Desenvolvimento), obtendo-se um efeito multiplicador destes recursos, quando conjugados com empréstimos especificamente destinados a financiar investimentos na investigação, desenvolvimento e inovação. O BEI afectou uma verba de 500 milhões de EUR ao instrumento de garantia de empréstimos para projectos de RTE de transportes, a qual será complementada com um pacote equivalente disponibilizado pela Comissão e se destina a fornecer garantias para as linhas de crédito em favor de RTE de transportes, a fim de cobrir o risco de insuficiência de receitas na fase inicial de exploração destes projectos. Uma verba de 500 milhões de EUR do IFE destina-se a financiamentos com partilha de riscos em prol do desenvolvimento do sector privado nos países parceiros mediterrânicos. O saldo de 1 750 milhões de EUR está disponível para os objectivos aprovados relativos à Iniciativa 2010, às RTE e ao sector da energia. A procura do mercado tem vindo a crescer rapidamente e no final de 2007, as assinaturas de empréstimos no âmbito do IFE tinham aumentado para 2 800 milhões de EUR, em comparação com 1 300 milhões no ano anterior.

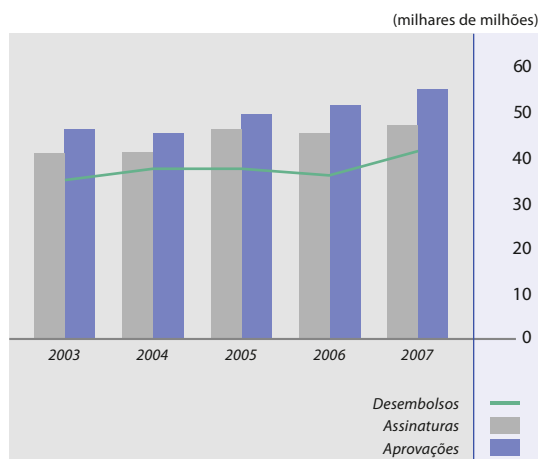
Cooperação com a Comissão Europeia

A cooperação com a Comissão não se limita a acordos de partilha de riscos, existindo uma ampla acção conjunta a nível da programação e do financiamento. Entre as iniciativas conjuntas recentes figura o programa JASPERS, que disponibiliza assistência técnica aos países beneficiários para a preparação de grandes projectos de infra-estruturas viáveis, que serão financiados pelos Fundos Estruturais e pelo Fundo de Coesão da UE. O Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BERD) também é um dos parceiros de JASPERS. JESSICA é uma iniciativa conjunta da Comissão e do BEI, em cooperação com o Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa, que fornece aos gestores dos Estados-Membros e do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional soluções específicas para o financiamento de uma vasta gama de projectos de ordenamento e de renovação urbana. No âmbito da iniciativa JEREMIE, o Grupo BEI e a Comissão facilitam o acesso das pequenas e médias empresas, incluindo *start-ups*, ao financiamento, e concedem microcréditos nas regiões assistidas. O Fundo Europeu de Investimento foi incumbido pela

Comissão de pôr em prática o seu “Programa-Quadro para a Competitividade e a Inovação”, utilizando para tal um amplo leque de instrumentos financeiros com uma dotação global de 1 100 milhões de EUR. Do mesmo modo, no âmbito do Centro Europeu de Peritos em PPP (EPEC), a Comissão e o Banco divulgarão informações e as melhores práticas destinadas a grupos de trabalho do sector público especialistas em PPP na Europa, e prestarão apoio aos membros do sector público das PPP no que toca às políticas e programas de adjudicação e de gestão deste tipo de parceria.

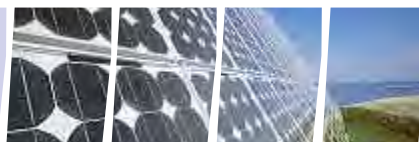
No exterior da União Europeia, além da verba limite de 27 800 milhões de EUR prevista nos mandatos externos, durante o período de 2007 a 2013, o BEI e a Comissão deverão co-financiar o instrumento para a preparação de projectos no sector da água nos países ACP. O Banco também gere o Fundo Fiduciário UE-África para as Infra-Estruturas, que é co-financiado pela Comissão e por 10 Estados-Membros, um instrumento inovador que tem como objectivo reforçar de uma forma sustentável os financiamentos da UE para infra-estruturas regionais e transfronteiriças em África, combinando subvenções públicas com empréstimos de longo prazo.

Desembolsos, contratos assinados e projectos aprovados (2003-2007)



Planeamento financeiro e auto-suficiência

A execução da estratégia deve ser conciliada com o objectivo de viabilidade financeira a longo prazo do Grupo BEI. Dada a natureza e a missão do Banco, uma parte significativa dos benefícios proporcionados provém do contributo dado pelo BEI enquanto instituição ao serviço das políticas da UE. As duas fontes de excedentes líquidos do Banco são o retorno do investimento dos fundos próprios e as receitas de intermediação geradas pelos empréstimos, destinadas a cobrir os custos. Sendo uma instituição pública, o BEI evita tomar posições especulativas relativamente a produtos financeiros de risco e fixa o grau de tolerância ao risco financeiro de forma a garantir a sua viabilidade financeira a longo prazo. Por força



de vários factores, prevê-se que o retorno dos fundos próprios apresente uma curva moderadamente descendente durante o período de 2008-2010. As receitas de intermediação estão essencialmente limitadas à cobertura dos custos administrativos e à tarificação dos riscos de crédito. Embora se preveja que a participação do Banco em actividades mais complexas e de maior risco tenha efeitos positivos em termos de valor acrescentado, o aumento do risco de crédito poderá ter um impacto negativo nas projecções em matéria de cobertura dos custos, e o controlo de maiores riscos de reputação, jurídicos e operacionais exigirá recursos substanciais. Do mesmo modo, actividades como a assistência técnica e outros serviços de consultoria são importantes do ponto de vista estratégico, mas não contribuem directamente para os resultados operacionais.

Todavia, com base no Plano de Actividades do Banco para 2008-2010 e na actual situação de capital, gra-

ças a uma afectação dos recursos a objectivos específicos e a um reforço da eficácia operacional, o BEI não necessitará de aumentar o capital até 2010 e poderá financiar esse aumento a partir de reservas internas, sem recorrer a contribuições em numerário dos Estados-Membros.

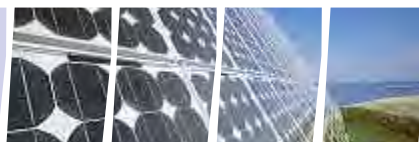
Por último, a fim de reforçar a estrutura de capital do Fundo Europeu de Investimento para o desenvolvimento futuro das actividades, o respectivo capital social autorizado foi aumentado 50% em 2007, para 3 000 milhões de EUR. O BEI subscreveu a totalidade das novas quotas a que tem direito, a Comissão fá-lo-á progressivamente, em quatro anos, e as instituições financeiras accionistas subscreveram mais de 70% das acções que lhes eram propostas, pelo que os fundos próprios do FEI passaram a elevar-se a 965 milhões de EUR. Assim sendo, a autonomia financeira do FEI deverá estar garantida até 2013, pelo menos, sendo estes fundos entretanto progressivamente aplicados.



O Conselho de
Administração do BEI

Actividades do Grupo BEI em 2007





Desenvolvimento equilibrado da União Europeia

O Banco Europeu de Investimento tem sido sempre o banco das regiões europeias, ou seja, das regiões assistidas da União Europeia que também beneficiam de subvenções dos Fundos Estruturais. De acordo com a Política de Coesão renovada da União Europeia para 2007-2013, o BEI concentrou os seus financiamentos em prol do desenvolvimento regional nas novas “regiões de convergência”, incluindo as regiões em fase de supressão ou de instauração progressiva de assistência (*phasing-out* e *phasing-in*). Trata-se das 113 regiões mais pobres da UE-27, com uma população de 190 milhões de habitantes. Fora das regiões de convergência, a nova política regional promove os objectivos de competitividade e de emprego, que o BEI apoia essencialmente financiando projectos no contexto da sua Iniciativa Inovação 2010, destinada ao desenvolvimento das redes transeuropeias, ao apoio às pequenas e médias empresas e à promoção da sustentabilidade ambiental.

O Banco fixou como meta a médio prazo canalizar 40% a 45% do total dos empréstimos na União Europeia para projectos que contribuam para o objectivo de convergência. Em 2007, 13 800 milhões de EUR destinaram-se a investimentos nas regiões de convergência, montante conforme com o objectivo proposto.

Empréstimos para programas estruturais nos novos Estados-Membros

Grande parte dos financiamentos em favor da convergência foi concedida nos doze Estados-Membros que aderiram à União Europeia desde 2004. Em 2007, os empréstimos do BEI nestes países ascenderam a um total de 5 750 milhões de EUR, tendo sido, na sua maioria, concedidos em conjunto com subvenções dos Fundos Estruturais.



Este co-financiamento dos Fundos Estruturais e do Banco pode destinar-se a projectos individuais ou a projectos enquadrados em programas. A participação do BEI no financiamento de diversos investimentos de maior ou menor dimensão integrados num programa de investimento num dado sector ou região promove condições e factores propícios ao crescimento e conducentes a uma verdadeira convergência das regiões e dos Estados-Membros menos desenvolvidos. Este produto do BEI foi designado por “Empréstimo para Programas Estruturais”.

Assim sendo, em 2007, o Banco decidiu conceder 700 milhões de EUR à Bulgária para co-financiar, com o Fundo de Coesão e os Fundos Estruturais da UE, a contribuição deste país para a implementação das medidas e projectos de investimento prioritários. Os projectos

que podem beneficiar destes co-financiamentos são identificados pelos programas operacionais do quadro de referência estratégico nacional e pelo programa de desenvolvimento rural do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural, para o período de 2007-2013. Este co-financiamento destinar-se-á inicialmente a investimentos nos sectores dos transportes e do ambiente, mas poderá ser alargado a outros programas comunitários em favor do desenvolvimento regional, da competitividade económica, do desenvolvimento dos recursos humanos e da agricultura, a pedido do Governo búlgaro. As verbas concedidas à Bulgária no âmbito do Fundo de Coesão e dos Fundos Estruturais da UE para este período elevam-se a cerca de 6 800 milhões de EUR. O Empréstimo para Programas Estruturais do Banco também pode ser aplicado no financiamento de

Convergência na UE

Desdobramento sectorial dos empréstimos directos assinados em 2007

	Montante	% do total
Infra-estruturas de comunicações	5 476	40
Energia	2 036	15
Educação e saúde	1 689	12
Água e saneamento básico	1 025	7
Desenvolvimento urbano	827	6
Indústria	1 584	11
Outros serviços	1 175	9
Total dos empréstimos individuais	13 812	100

um grande número de subprojectos que, devido à sua pequena dimensão, não poderiam ser financiados directamente pelo BEI. Este empréstimo-quadro permite que o BEI conceda um pré-financiamento, quando necessário, e proponha um co-financiamento a longo prazo nas melhores condições.

Presença em todos os sectores de actividade

Nas regiões de convergência, o BEI financia projectos em todos os sectores. Em 2007, os mais importantes foram os transportes (32%), a energia (15%), a educação e a saúde (12%) e a água e o saneamento básico (7%).

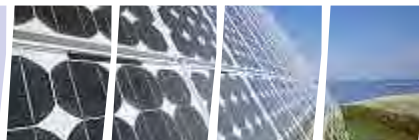
Os financiamentos no domínio das infra-estruturas de comunicações cifraram-se em 5 500 milhões de EUR, dos quais uma parte importante foi constituída por um grande empréstimo de 1 000 milhões de EUR destinado à construção da secção Milão-Nápoles da rede ferroviária de alta velocidade e de alta capacidade na Itália. Este projecto faz parte do corredor RTE prioritário de ligação de Berlim ao Sul da Itália por via férrea. Trata-se de um investimento importante em transportes sustentáveis, que facilitará o acesso às regiões de convergência no sul da Itália.

Os financiamentos do BEI para investimentos no sector da energia situados nas regiões de convergência

ascenderam a 2 000 milhões de EUR. Em Sines, em Portugal, o Banco concedeu 19 milhões de EUR para a construção de uma central de co-geração, a qual já tinha beneficiado de um empréstimo anterior no valor de 39 milhões de EUR. Este financiamento adicional foi possibilitado pelo facto de, em circunstâncias excepcionais, o limite máximo de financiamento do Banco poder ser aumentado de 50% para 75% do custo do projecto. A nova central produzirá três vezes mais electricidade do que a central que deverá substituir, o que significa uma melhoria substancial da eficiência energética. A electricidade excedentária produzida pela nova central será fornecida à rede nacional, substituindo a electricidade produzida por centrais alimentadas a combustíveis fósseis e contribuindo para uma redução de cerca de 20% das emissões de CO₂.

Quanto à saúde e educação, o BEI concedeu 1 700 milhões de EUR, o que atesta a importância destes sectores. Um dos projectos no sector da saúde em Espanha consistia na construção de um novo centro hospitalar e de sete centros de saúde na zona de convergência de Mieres, na região central das Astúrias. Este projecto reforça o papel da região na prestação de serviços de saúde e melhora a qualidade das instalações e dos serviços hospitalares, e dado que tem uma componente de educação, formação e investigação clínicas, também contribui para os objectivos da Iniciativa Inovação 2010 do Banco.

Em 2007, os financiamentos do BEI canalizados para o sector da indústria nas regiões de convergência elevaram-se a 1 600 milhões de EUR. O empréstimo de 71 milhões de EUR à Glaverbel Czech constitui um exemplo do impacto socio-económico que as indústrias locais podem ter. As verbas destinam-se à construção de uma nova linha de produção de vidro "floatado" em Teplice e à ampliação das instalações de produção de vidros para automóveis na vizinha de Chudeřice. Estas duas localidades situam-se em Ústí, uma região checa de convergência, que tem uma tradição secular de produção industrial e agrícola, particularmente nos sectores da electricidade, da extracção de carvão e da indústria química. O declínio destes sectores tradicionais conduziu a que a região



atingisse os níveis de desemprego mais elevados da República Checa, mas o projecto de Glaverbel deverá contribuir para o desenvolvimento económico regional e para a diversificação do emprego noutros sectores menos tradicionais, prevendo-se a criação de 100 novos postos de trabalho em Chudeřice e de mais 70 em Teplice.

É evidente que muitos dos projectos nas regiões de convergência também contribuem para outros objectivos prioritários. Em 2007, 23% dos empréstimos individuais destinados a apoiar a Agenda de Lisboa, que visa estabelecer uma economia europeia competitiva, inovadora e baseada no conhecimento, foram canalizados para as regiões de convergência, da mesma forma que 33% dos empréstimos se destinaram à melhoria do ambiente, 33% a redes transeuropeias de transportes e 15% a projectos no sector energético.

Novos produtos financeiros

O BEI também facultou às regiões o acesso a novos produtos financeiros. Na Polónia, participou com 200 milhões de PLN (52 milhões de EUR) numa emissão obrigacionista titularizada do sector público destinada a financiar projectos de pequena e média dimensão executados por entidades do sector público, nos domínios das infra-estruturas, do ambiente, da energia, da saúde e da educação. Esta operação, que substitui uma linha de crédito clássica, tem como activo subjacente uma carteira de empréstimos do BRE Bank Hipoteczny S.A. É a primeira operação deste tipo e aumenta o número instituições financeiras parceiras do BEI na Polónia, alargando o âmbito de acção do BEI em prol da modernização das infra-estruturas locais.

JASPERS

A iniciativa JASPERS tornou-se um instrumento fundamental da cooperação com os Fundos Estruturais da UE na fase inicial de preparação dos grandes projectos de investimento, na medida em que presta assistência aos 12 novos Estados-Membros, para que estes possam apresentar projectos viáveis e consequentemente, aceder de uma forma mais rápida e eficaz ao apoio substancial do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo de Coesão, de que podem beneficiar nos próximos anos.

JASPERS (*Joint Assistance to Support Projects in European Regions*) significa "Assistência Conjunta de Apoio a Projectos nas Regiões Europeias". Reunindo as competências técnicas da Comissão Europeia, do BERD e do BEI, oferece uma assistência técnica gratuita. Em finais de 2007, a equipa era composta por 55 peritos, que trabalhavam não só a partir do Luxemburgo, como também de Bucareste, Viena e Varsóvia, onde foram abertos gabinetes nesse ano. O gabinete de Bucareste cobre a Bulgária e a Roménia, o de Viena abrange os países da Europa Central e o de Varsóvia, a Polónia e os Estados Bálticos.

O plano de acção de JASPERS avançou bastante em 2007, tendo este instrumento ajudado à preparação de 261 projectos e actividades transversais nos doze novos Estados-Membros, com o objectivo de catalisar ou acelerar um investimento de capital superior a 32 000 milhões de EUR nos próximos anos, numa vasta gama de sectores estratégicos, com especial destaque para o ambiente (água, saneamento e eliminação de resíduos sólidos), os transportes e a energia (eficiência energética e energias renováveis).

Apoio à inovação

Desde o lançamento da Estratégia de Lisboa em 2000, o BEI tem financiado investimentos que contribuam para estabelecer uma economia competitiva, inovadora e baseada no conhecimento, favorável a um crescimento sustentável, à criação de mais e melhores empregos e a uma maior coesão social. No âmbito da Iniciativa Inovação 2010, o Banco tinha fixado como meta a concessão de 50 000 milhões de EUR durante o período de 2000-2010. Este objectivo foi alcançado em 2007, na medida em que no final do ano os investimentos em IDI, educação e TIC já tinham absorvido 10 300 milhões de EUR dos novos empréstimos concedidos pelo BEI.

Investigação, desenvolvimento e inovação

A sigla IDI designa uma das três prioridades dos financiamentos no âmbito da Iniciativa Inovação 2010. Não se limitando à investigação e desenvolvimento, abrange igualmente a transformação de novos conhecimentos em actividades económicas produtivas. Em 2007, o BEI concedeu neste contexto cerca de 6 700 milhões de EUR na UE e 455 milhões na Turquia.

Os instrumentos financeiros desenvolvidos pelo Banco para apoiar os investimentos que promovem a Estratégia de Lisboa desempenham um papel fundamental no financiamento da IDI, destacando-se o

Instrumento de Financiamento com Partilha de Riscos (RSFF), uma iniciativa conjunta do BEI e da Comissão, que já está operacional desde meados de 2007. Este instrumento assenta no princípio da partilha do risco de crédito entre a Comissão e o BEI e reforça a capacidade do Banco de conceder empréstimos ou garantias em favor de projectos realizados por promotores com um perfil de risco caracterizado por uma qualidade creditícia baixa, ou mesmo abaixo da categoria de investimento. Isto implica a assunção de riscos financeiros superiores aos que são normalmente aceites pelos investidores. Este instrumento oferece um vasto leque de possibilidades de novas fórmulas de financiamento inovadoras para o sector privado e a economia da investigação. O RSFF

Programa de Acção em favor da Investigação Universitária



A educação constitui uma das principais prioridades do BEI, na medida em que é uma componente essencial da Estratégia de Lisboa e é um dos pilares da acção do Banco em prol da coesão social e da inovação. Paralelamente aos financiamentos no domínio da educação, o Banco desenvolveu o Programa de Acção em favor da Investigação Universitária, com o objectivo de apoiar especificamente o ensino superior e a investigação universitária. Este programa

destina-se a responder de uma forma consistente às solicitações das universidades europeias, não só em termos de apoio financeiro, como também de contribuição para o processo de investigação, e a facilitar o trabalho académico e de investigação do pessoal do Banco.

www.eib.org/universities



Assinaturas no âmbito da Iniciativa Inovação 2010

(milhões)

	2007	2000-2007
Tecnologias da informação e da comunicação	1 597	11 947
Educação e formação	1 262	12 852
Investigação, desenvolvimento e inovação	7 155	30 179
Total	10 289	55 994

teve um sucesso rápido, tendo sido concedidos empréstimos para projectos de energias renováveis, do sector automóvel, de engenharia e de biotecnologia.

Em coordenação com o Fórum Europeu de Estratégias para Infra-Estruturas de Investigação (*European Strategy Forum on Research Infrastructure - ESFRI*) e o ERIOForum (Organizações Intergovernamentais Europeias de Investigação), o BEI dialoga com os promotores de grandes projectos de infra-estruturas de investigação, em especial dos 35 projectos à escala da UE, que representam um custo total estimado em 14 000 milhões de EUR. O ESFRI reúne representantes dos Estados-Membros da UE e dos Estados associados, bem como da Comissão Europeia, e pretende definir uma abordagem coerente para uma estratégia europeia em matéria de infra-estruturas de investigação. A natureza específica destes projectos, cuja execução é muito longa, que implicam equipamentos científicos especializados, estruturas de exploração complexas e, por último, mas não menos importante, compromissos financeiros de longo prazo por parte das autoridades nacionais que os promovem, exige soluções novas e originais, assentes numa partilha viável dos riscos entre todas as partes interessadas.



e equipamento) necessárias para a aquisição de conhecimentos e de competências. Por exemplo, na Comunidade Autónoma de Valência, em Espanha, o Banco financiou a construção, a reabilitação e a ampliação, bem como o mobiliário e o equipamento, de estabelecimentos de ensino básico, secundário e profissional, bem como de outras infra-estruturas educativas conexas.

Mais recentemente, desenvolveram-se esforços significativos para promover projectos educativos que melhorem de uma forma mais directa a qualidade do ensino. Isto implica que seja dada uma maior atenção aos investimentos em medidas centradas na procura e em activos incorpóreos, tais como os empréstimos a estudantes e para actividades de IDI nas universidades, que alarguem o acesso ao ensino e melhorem a sua qualidade. Por exemplo, na Hungria, o Banco concedeu 150 milhões de EUR para um programa de empréstimos a estudantes integrado numa estratégia nacional mais vasta destinada a melhorar a qualida-

Educação e formação

Em 2007, o BEI concedeu 1 300 milhões de EUR para projectos no sector da educação. Até à data, o grosso das verbas canalizadas para este sector tem-se destinado a infra-estruturas (edifícios, instalações

Financiamentos inovadores para a inovação

O lançamento do Instrumento de Financiamento com Partilha de Riscos (RSFF) a 5 de Junho de 2007 constituiu um acto muito simbólico, na medida em que o acordo foi assinado simultaneamente pelo Comissário Potočník em Hamburgo, durante a 4.ª Conferência Europeia sobre infra-estruturas de investigação, e pelo Presidente do BEI, Philippe Maystadt, durante a sessão anual do Conselho de Governadores do BEI, no Luxemburgo. O RSFF, que se destina ao financiamento da IDI, é o resultado de uma cooperação frutuosa entre o BEI e a Comissão Europeia. Tem uma dotação de 2 000 milhões de EUR, proveniente do 7.º Programa-Quadro de Investigação e Desenvolvimento da UE e do Instrumento de Financiamento Estruturado do BEI (em partes iguais) e deverá mobilizar um contributo adicional de 10 000 milhões de EUR para a IDI.

Os resultados foram quase imediatos, na medida em que no final de Setembro já tinham sido concluídas oito operações num montante total de 359 milhões de EUR, destinadas ao financiamento de projectos nos domínios das tecnologias de energias renováveis, da eficiência energética, das componentes de automóveis, da engenharia e da biotecnologia. No final do ano, o montante total dos empréstimos concedidos no âmbito do RSFF elevava-se a 459 milhões de EUR, tendo sido financiados projectos situados em quatro Estados-Membros.

O RSFF permite financiar pequenas e grandes empresas, tanto directamente, como por meio de intermediários. Na Alemanha, por exemplo, foi criada uma linha de crédito para PME inovadoras, fornecedoras de componentes de automóveis, para financiar as suas actividades de IDI por meio da venda e subsequente *lease-back* dos seus direitos de propriedade intelectual à Deutsche Leasing, o principal instituto de locação financeira da Alemanha. O Banco tenciona reforçar em 2008 os financiamentos em favor da inovação na Europa, no enquadramento do RSFF, nomeadamente, aumentando o número de operações de pequena dimensão.

de do ensino superior, encorajar os ingressos e favorecer a igualdade de oportunidades de acesso. Este projecto já demonstrou ter obtido uma maior responsabilização dos bancos, incitando-os a financiar estudantes oriundos de meios mais desfavorecidos, tendo estabelecido sistemas e procedimentos que melhoraram a eficácia e garantem a viabilidade a longo prazo do sistema de empréstimos a estudantes. O Banco poderá também vir a financiar investimentos em programas de modernização do ensino, de melhoria dos métodos pedagógicos e, especialmente, de melhoria do ensino nas escolas e universidades europeias.

Tecnologias da Informação e da Comunicação

As TIC constituem um sector-chave para a aplicação da Estratégia de Lisboa e receberam empréstimos no valor de 1 600 milhões de EUR em 2007. Foram financiados projectos de grandes dimensões, que necessitam de empréstimos avultados, tais como o investimento da British Telecom na próxima geração de serviços de telecomunicações (455 milhões de EUR), ou a nova rede de telefonia móvel de banda larga UMTS da Telefonica, em Espanha (375 milhões de EUR).



Em 2007, a Comissão e o BEI assinaram um protocolo de acordo relativo ao apoio ao enquadramento regulamentar da UE em matéria de comunicações electrónicas e, nomeadamente, à política da UE relativa à redução das desigualdades de acesso à banda larga. As necessidades de investimento das redes da próxima geração deverão ser elevadas, e prevê-se que o Banco venha a desempenhar um papel cada vez mais importante no que respeita ao incentivo ao investimento do sector privado nessas infra-estruturas. Além disso, o BEI apoia a criação de outras plataformas de acesso de banda larga, que poderão aplicar tecnologias sem fios e necessitar de novos tipos de financiamento.

O FEI e a inovação

O Fundo Europeu de Investimento, filial do BEI, desempenha um papel importante na concretização da

Estratégia de Lisboa, investindo em fundos de capital de risco que disponibilizam recursos de capital a PME inovadoras.

Nos últimos anos, o FEI alargou o âmbito dos seus investimentos em capital de risco para além dos fundos especializados em empresas na fase de arranque e a montante das transferências de tecnologias, processo que permite que os resultados de I&D sejam convertidos em produtos ou serviços comercializáveis. O Fundo também foi incumbido pela Comissão Europeia de gerir um instrumento com uma dotação de 1 100 milhões de EUR, no âmbito do Programa-Quadro para a Competitividade e a Inovação, durante o período de 2007 a 2013. Este programa visa aumentar a competitividade das empresas europeias, apoiar a inovação e facilitar o acesso das PME ao financiamento, estando prevista a canalização de recursos substanciais para actividades que apliquem tecnologias limpas.

Sustentabilidade ambiental

A responsabilidade ambiental do BEI tem três vertentes. Em primeiro lugar, em todos os projectos que financia, o Banco presta uma atenção especial à questão da sustentabilidade ambiental, centrando-se no impacto ambiental dos investimentos propostos e na adequação das medidas de mitigação previstas e, agora mais do que nunca, na eficiência energética das tecnologias ou dos processos propostos. No mínimo, o Banco certifica-se de que os projectos que financia respeitam os princípios e as normas da União Europeia em matéria de ambiente.

Em segundo lugar, grande parte dos empréstimos do BEI destina-se especificamente à protecção e à melhoria do ambiente natural e urbano, assim como à promoção do bem-estar social, tendo em vista o desenvolvimento sustentável. O Banco financia projectos centrados nas alterações climáticas, na protecção da natureza e da biodiversidade, nas ligações entre o ambiente e a saúde, e que promovem a exploração sustentável dos recursos naturais e a gestão dos resíduos.

A terceira vertente consiste no facto de o Banco assumir a responsabilidade da sua própria “pegada ambiental”. Embora a sua marca neste contexto não tenha o mesmo significado que a resultante do financiamento de projectos, o Banco procura continuamente melhorar o desempenho ambiental dos seus edifícios e gabinetes (ver a secção “Pegada directa e responsabilidade no trabalho”).

O objectivo que foi fixado para os financiamentos para a protecção do ambiente e das comunidades sustentáveis foi de 30 a 35% da totalidade dos empréstimos, tanto no interior como no exterior da Europa. Em conformidade com este objectivo, em 2007, os financiamentos do Banco em prol do ambiente nos países da UE e da EFTA ultrapassaram os 13 000 milhões de EUR e no exterior da UE atingiram 1 600 milhões de EUR, representando a soma destes montantes 30,5% do total de empréstimos concedidos.



Ambiente natural

No que toca ao ambiente natural, é dada prioridade a investimentos e a medidas que contribuam para a mitigação das alterações climáticas, a projectos nos domínios da água, das águas residuais e dos resíduos sólidos e a sistemas de redução da poluição atmosférica.

No que respeita às alterações climáticas, o Banco, seguindo os princípios do Protocolo de Quioto, apoia os esforços envidados no sentido de reduzir as emissões de carbono, financiando investimentos na substituição de combustíveis, no desenvolvimento de energias renováveis e na eficiência energética. O financiamento de investimentos no sector energético também é um objectivo específico do BEI, e a abordagem do Banco em matéria de transportes também se pauta essencialmente por considerações de ordem climática (ver também as secções “RTE: Redes de transportes para a Europa” e “Uma energia segura, competitiva e sustentável”).



No domínio das energias renováveis, o papel do Banco consiste em apoiar o desenvolvimento de novas tecnologias e em ajudá-las a atingir uma escala industrial. Em Espanha, a central solar térmica de Solucar, que beneficiou de um empréstimo de 50 milhões de EUR do BEI em 2007, promove a utilização de energias renováveis endógenas e contribui para combater as alterações climáticas. O financiamento abrange a construção e a exploração de duas centrais solares térmicas ligadas à rede eléctrica, que utilizam tecnologias excepcionais de concentração das radiações solares. O elemento central é constituído por um campo de helióstatos (reflectores solares), colocados em semicírculos no solo, em volta de uma torre com um receptor solar térmico no topo. Os helióstatos acompanham o movimento do sol e concentram a radiação solar no receptor, que é um grande permutador de calor; o calor gerado pela energia solar é utilizado para produzir vapor que, por seu turno, acciona uma turbina que produz electricidade. A localização das centrais, 20 km a oeste de Sevilha, constitui um grande trunfo, na medida em que se trata de um dos locais com mais sol da Europa, com acesso à água de um rio para o arrefecimento e um fácil acesso a linhas de transporte de alta tensão situadas nas proximidades.

Política Ambiental e Social

Em 2007, o manual das práticas ambientais e sociais do BEI foi actualizado e tornado público. Este manual descreve os processos e práticas internos do Banco, em especial, o trabalho realizado pela Direcção de Projectos (PJ) no sentido de garantir que todas as actividades de financiamento são compatíveis com a política ambiental da instituição. Em 2008, o Banco tenciona publicar uma nova declaração sobre a sua política ambiental e social (princípios e normas), para reiterar firmemente as suas preocupações e o seu empenho na causa ambiental. Esta declaração será objecto de consulta pública antes de ser publicada.

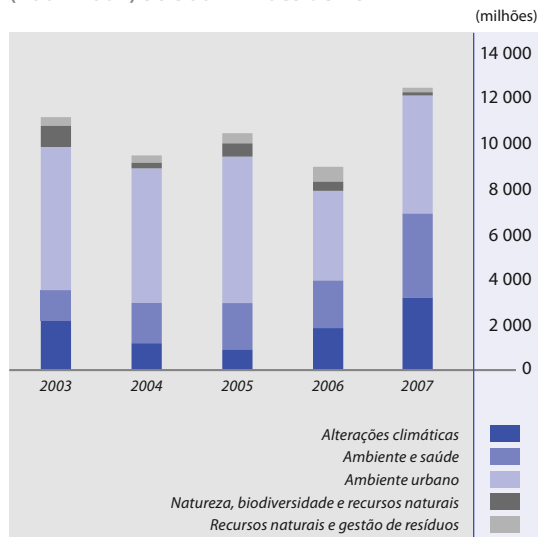
Em 2007, o BEI concluiu contratos de financiamento no valor de 2 600 milhões de EUR em favor de projectos no domínio da água e das águas residuais situados na União Europeia e no exterior desta. No Panamá, por exemplo, o Banco contribuirá para a melhoria do saneamento básico e das condições ambientais na Cidade de Panamá e na respectiva baía, por meio do tratamento das águas residuais. Aumen-

tando a proporção de águas residuais tratadas, que actualmente é de menos de 5%, para quase 50%, este projecto melhorará a qualidade de vida da população local, em especial nas zonas desfavorecidas que ainda não dispõem de serviços de saneamento básico, e ajudará a desenvolver o turismo e as pescas na região. Em Maseru, capital do Lesotho, o Banco financiará um programa de investimento adaptado aos diferentes níveis de rendimento dos beneficiários, que inclui a ligação à rede central de esgotos, assim como a construção *in situ* de instalações sanitárias de baixo custo. Estas obras, aliadas à remodelação de uma estação de tratamento de águas residuais já existente e à construção de uma nova estação, contribuirão para reduzir a poluição das fontes de água natural de Maseru e diminuir a incidência de doenças transmitidas por via hídrica.

Ambiente e qualidade de vida na UE Empréstimos individuais em 2007

	(milhões de EUR)
	Total
Alterações climáticas	3 385
Ambiente e saúde	4 088
Ambiente urbano	5 426
Natureza, biodiversidade e recursos naturais	34
Recursos naturais e gestão dos resíduos	89
Total dos empréstimos individuais	13 021

Empréstimos individuais (2002-2007) 56 500 milhões de EUR



Os projectos relativos a resíduos sólidos estão a desempenhar um papel crescente nas actividades do Banco, contribuindo para a consecução da política europeia em matéria de reciclagem de aterros, de emissão de gases com efeito de estufa e de energias não fósseis. Em Alkmaar, nos Países Baixos, o BEI financiou recentemente a construção de uma unidade de combustão de biomassa sólida junto de uma instalação de incineração existente, a qual permite tratar resíduos de madeira provenientes de construções e de demolições, a parte em madeira não compostável dos resíduos vegetais, resíduos volumosos entregues em centros de reciclagem e materiais de embalagem e aparas de madeira. Estes volumes de resíduos sólidos de madeira são essencialmente produzidos na região e até aqui eram exportados para a Alemanha, para serem incinerados. O projecto melhora as actuais práticas de eliminação de resíduos e contribui para atingir os objectivos de redução dos resíduos de madeira biodegradáveis depositados em aterros e de supressão do transporte de resíduos a grande distância.

No ano em apreço, os empréstimos destinados à redução da poluição industrial ascenderam a 194 milhões de EUR, destacando-se os projectos de melhoria do ambiente em fábricas de papel na Alemanha



e em Portugal. Na Alemanha, o Banco concedeu um empréstimo de 34 milhões de EUR à Myllykoski Corporation, que gere três fábricas de papel neste país. O empréstimo foi aplicado na redução das emissões em duas das fábricas, no investimento na melhoria da eficiência energética nas três fábricas e num programa de IDI relativo aos processos e aos produtos. Em Portugal, foram concedidos 80 milhões de EUR à Portucel, que também é uma empresa privada, para melhoramentos ambientais nas suas três fábricas, nomeadamente, com vista a reduzir a poluição atmosférica. Uma vez os investimentos necessários feitos, as fábricas utilizarão as melhores tecnologias disponíveis e cumprirão os requisitos das directivas do Conselho em matéria de prevenção e de redução integradas da poluição.

Medidas pós-2012

O Fundo de Carbono Pós-2012, com uma dotação de 100 milhões de EUR, foi lançado em Liubliana, por ocasião do Fórum 2007 do BEI. Este fundo destina-se a apoiar o valor de mercado das unidades de redução das emissões de carbono produzidas depois de 2012, uma vez expirado o actual Protocolo de Quioto. O Banco e os seus parceiros criaram este fundo com o objectivo de incentivar e facilitar o investimento em projectos que gerem créditos de carbono numa perspectiva a mais longo prazo. Assim sendo, serão disponibilizados capitais públicos “pacientes” com uma função catalisadora, que contribuirão para reforçar o papel dos créditos do carbono como instrumento de financiamento de projectos. Entre 2013 e 2022, o fundo também apoiará projectos favoráveis ao ambiente, designadamente, nos domínios das energias renováveis, da eficiência energética, da silvicultura e da redução das emissões de gases com efeito de estufa.

Comunidades sustentáveis

Quanto ao ambiente urbano, é privilegiada a promoção da viabilidade das cidades e das comunidades urbanas, em conformidade com a abordagem integrada de desenvolvimento urbano da UE, que abrange todas as vertentes económicas, sociais, ambientais e humanas. Esta abordagem global, que consiste na promoção de investimentos sustentáveis em favor da convergência, do crescimento e do emprego nas cidades europeias, baseia-se na “Carta de Leipzig”, que reúne os princípios e estratégias comuns aprova-

dos quando da reunião ministerial informal realizada nesta cidade, em Maio de 2007. Quando for caso disso, o BEI oferece apoio financeiro aos promotores de projectos de renovação urbana através de um conjunto de produtos que inclui o Instrumento de Financiamento Estruturado (IFE) e serviços de consultoria, nomeadamente em favor da criação de fundos de desenvolvimento urbano.

O BEI dispõe de um novo instrumento para as suas actividades em meio urbano, que é a iniciativa JESSICA (*Joint European Support for Sustainable Investment*

in City Areas), destinada a incentivar o investimento no enquadramento de planos integrados de desenvolvimento urbano. JESSICA permite que as autoridades gestoras utilizem recursos dos Fundos Estruturais para investir em fundos de desenvolvimento urbano, por meio de mecanismos financeiros reembolsáveis e renováveis, tais como participações de capital, garantias e empréstimos. O primeiro fundo de desenvolvimento urbano no âmbito da iniciativa JESSICA foi lançado em 2007 na Saxónia (Alemanha). Um dos principais parceiros deste projecto-piloto foi, logicamente, o Município de Leipzig.

O investimento em instalações de saúde também se integra na criação de comunidades sustentáveis. Em 2007, o BEI concedeu 2 100 milhões de EUR para a melhoria de infra-estruturas hospitalares existentes e a criação de novos centros médicos.

A abordagem integrada do desenvolvimento urbano é evidente em Veneza, cidade em que o Banco concedeu 120 milhões de EUR em 2007, para projectos inscritos num vasto programa de investimento baseado numa estratégia de longo prazo integrada de renovação urbana. O investimento em infra-estruturas urbanas, edifícios históricos e equipamentos educativos e sociais contribui para a viabilidade económica da cidade, para a sua sustentabilidade ambiental e para a qualidade de vida dos seus habitantes. Um dos projectos urbanos a implementar destina-se a reduzir os efeitos nefastos do *moto-ondoso*, o movimento ondulatório gerado pela passagem dos barcos, mediante a optimização e a reorganização do tráfego e da logística na ilha de Lido. A população de Veneza, envelhecida e cada vez mais reduzida, será beneficiada pela transformação dos edifícios históricos Penitenti e San Lorenzo em lares da terceira idade. Além

disso, uma variante na parte continental da Grande Veneza, em Mestre, reduzirá o congestionamento do tráfego e melhorará o ambiente. O projecto inclui também uma componente de alta tecnologia: a instalação de uma rede sem fios, destinada a melhorar as ligações entre os edifícios públicos, um novo serviço com elevado valor acrescentado oferecido às empresas locais, e a introdução de um sistema de identificação por radiofrequências especial para turistas. Como é habitual, este empréstimo inscreve-se num contexto mais vasto. Foram recentemente concluídas outras operações de financiamento para projectos na cidade e nos arredores de Veneza relativos à rede de carros eléctricos de Veneza, à Università Ca'Foscari e ao novo hospital de Mestre, à linha de metropolitano ligeiro regional e às pequenas e médias empresas da região, através da Veneto Sviluppo.

A fim de garantir a melhoria conjugada dos ambientes natural e urbano em França, o Ministério da Ecologia, da Energia, do Desenvolvimento Sustentável e do Ordenamento do Território francês, o BEI e o Groupe Caisse d'Epargne uniram forças para apoiar o investimento público na construção ou renovação de edifícios públicos, no âmbito das medidas tomadas para combater o aquecimento climático e para melhorar o ambiente urbano. O objectivo é levar a que escolas e universidades, infantários, edifícios administrativos, centros desportivos e recreativos e centros comunitários apliquem normas mais avançadas que as actualmente em vigor relativamente ao aquecimento e ao isolamento, e obtenham resultados excelentes em termos ambientais e energéticos. Já foram identificados cerca de 400 projectos no âmbito deste programa, para cujo financiamento o BEI poderá contribuir com uma verba máxima de 350 milhões de EUR.



RTE: Redes de transportes para a Europa

As redes transeuropeias (RTE) de transportes dotam a União Europeia de infra-estruturas de alta qualidade e asseguram a sua ligação aos países candidatos à adesão e aos países vizinhos do sul e do leste. As RTE prioritárias constituem, além disso, um dos dois pilares da Acção Europeia para o Crescimento (o outro pilar é a investigação, desenvolvimento e inovação), a iniciativa lançada em 2003, com o objectivo de reforçar o potencial de crescimento a longo prazo da Europa.

Apoiando a Acção Europeia para o Crescimento, o BEI fixou como objectivo conceder 75 000 milhões de EUR para o financiamento de grandes redes de infra-estruturas, durante o período de 2004-2013. Em 2007, foram canalizados 7 400 milhões de EUR para estas grandes redes em toda a União, valor que corresponde inteiramente ao objectivo estabelecido. 3 300 milhões destinaram-se aos caminhos-de-ferro, um sector prioritário cuja importância tem vindo a crescer, 2 700 milhões ao sector rodoviário, 630 milhões aos transportes aéreos, 434 milhões aos transportes marítimos e 426 milhões a infra-estruturas diversas. Os empréstimos para RTE de transportes em Espanha foram particularmente vultosos e cifraram-se em 2 200 milhões de EUR, tendo sido financiados, nomeadamente, dois projectos de linhas férreas de alta velocidade (Córdoba – Málaga e Madrid – Valladolid).

No exterior da UE, o BEI concedeu 916 milhões de EUR para o reforço de RTE de transportes. Nos países candidatos e potenciais candidatos à adesão, os empréstimos ascenderam a 686 milhões e nos países vizinhos do leste, a 230 milhões de EUR. Na Ucrânia, o Banco contribuiu com 200 milhões de EUR para a reabilitação da estrada M-06, que constitui a principal ligação da Ucrânia à União Europeia, no corredor pan-europeu III, que liga a capital deste país à Hungria, à Eslováquia e à Polónia.

Parcerias público-privadas

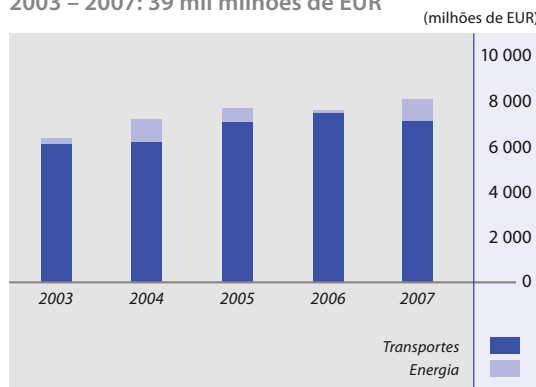
O BEI é um dos maiores financiadores de PPP em vários sectores, incluindo os da água, da saúde e da educação. No sector dos transportes, estas parcerias

representaram 15% dos empréstimos concedidos em 2007, tendo o BEI participado no primeiro projecto rodoviário de uma PPP na Alemanha, a construção da variante de Eisenach na auto-estrada A4 na Turíngia. O Banco emprestou 89 milhões de EUR para as obras de alargamento para seis faixas da auto-estrada existente, em parte num novo traçado, passando os utilizadores a dispor de um melhor serviço e de segurança reforçada numa infra-estrutura de alta qualidade. Este projecto, para o qual foi adoptada uma montagem financeira inovadora, faz parte do primeiro grupo de quatro projectos de auto-estradas que serão financiados, em último recurso, pelas receitas geradas pelo sistema de portagens introduzido em 2005 para os veículos pesados.

Ao longo dos anos, o BEI acumulou uma considerável experiência em matéria de financiamentos de tipo PPP, que partilha com os seus clientes e os Estados-Membros. O Banco está a preparar, em conjunto com a Comissão Europeia e os Estados-Membros, a

Redes Transeuropeias

2003 – 2007: 39 mil milhões de EUR



criação de um centro europeu especializado em PPP (CEEP), para incentivar a partilha efectiva de experiências e a adopção de melhores práticas neste domínio. Em 2007 o Banco decidiu criar este centro e assegurar o seu financiamento na fase inicial. O CEEP iniciará as suas actividades em 2008, uma vez estabelecidas as respectivas atribuições e organização.

Cooperação com a Comissão

O instrumento de garantia de empréstimos para projectos de RTE de transportes, que foi ultimado em 2007 e lançado no início de 2008, deverá, segundo o Banco, permitir apoiar eficazmente o financiamento das futuras redes transeuropeias, graças à concessão de garantias para linhas de crédito de apoio destinadas a cobrir os riscos de receitas insuficientes de portagem durante um período máximo de cinco anos após o início da exploração. Este instrumento foi concebido com o intuito de permitir uma maior participação do sector privado nos projectos de RTE expostos ao risco de volume de tráfego na fase inicial de exploração. Durante o período de 2007-2013, o BEI contribuirá para este instrumento de garantia com 500 milhões de EUR no âmbito do Instrumento de Financiamento Estruturado, afectando a Comissão o mesmo montante a partir de recursos orçamentais.



Em 2007, o BEI e a Comissão participaram conjuntamente em vários grupos de trabalho e comissões coordenadoras, sendo de assinalar os esforços empreendidos no sentido de canalizar os recursos dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão para projectos de redes transeuropeias, em especial nos novos Estados-Membros. Estes esforços são apoiados pela iniciativa JASPERS (ver também secção “Desenvolvimento equilibrado da União Europeia”). Além disso, o Banco está estreitamente envolvido na preparação de projectos prioritários especiais, a pedido dos promotores e coordenadores da UE, como é o caso, nomeadamente, do Túnel do Brenner e do sistema de navegação Galileo. O BEI também colabora estreitamente com a Comissão nas diferentes iniciativas da União Europeia nos sectores dos transportes ferroviários, aéreos, rodoviários “inteligentes”, fluviais e marítimos (“auto-estradas do mar”).

Uma nova política de financiamento dos transportes para o BEI

O Banco é um actor importante no financiamento do sector dos transportes na Europa, facto que se justifica plenamente. A prosperidade europeia passa necessariamente pela existência de sistemas de transportes eficazes, pois estes têm um impacto significativo no crescimento económico, no desenvolvimento social e no ambiente. O sector dos transportes constitui um sector de actividade económica por direito próprio e dá um contributo essencial para o funcionamento global da economia europeia. A mobilidade dos bens e das pessoas é um factor essencial da competitividade da indústria e dos serviços europeus. O horizonte a longo prazo e a dimensão verdadeiramente europeia dos grandes projectos de transportes fazem com que o Banco seja a fonte de financiamento indicada para estes investimentos.

Os financiamentos do Banco no sector dos transportes regem-se por diferentes políticas comunitárias: o desenvolvimento das redes transeuropeias (RTE) de transportes, a política de coesão, o desenvolvi-



to sustentável dos transportes e o apoio à investigação, desenvolvimento e inovação (IDI). Qualquer que seja o caso, a política de financiamento do BEI neste sector é multidimensional e integra as preocupações ambientais em todas as fases de controlo prévio que o Banco efectua. Além disso, o Banco apoia uma série de projectos de transportes cujo objectivo explícito consiste em criar sistemas de transportes sustentáveis e amigos do ambiente, que conduzam a uma redução substancial das emissões de CO₂ e de outros poluentes. O financiamento deste tipo de projectos tem aumentado regularmente nos últimos anos, tanto em termos absolutos, como em termos relativos, tendo sido concedidas verbas para sistemas de transportes urbanos e também para projec-

tos de investigação e desenvolvimento destinados a reduzir as emissões de gases de escape, a aumentar a eficiência dos combustíveis e a melhorar a segurança. No que respeita aos investimentos nos sectores rodoviário e ferroviário, o Banco tem claramente privilegiado este último sector.

Embora os objectivos estratégicos que tradicionalmente norteiam o financiamento do Banco no sector dos transportes continuem a aplicar-se, a exigência de combater o aquecimento global deu origem a novas necessidades, de grande complexidade e em rápida evolução, conduzindo a que em 2007 fossem formuladas novas prioridades para o BEI no sector dos transportes.

Princípios da política do BEI no sector dos transportes

A mobilidade é uma condição essencial da livre circulação de pessoas e do crescimento económico. Neste contexto, o BEI continuará a procurar a forma mais eficiente, económica e sustentável de satisfazer a necessidade de transportes, o que exigirá uma conjugação de soluções que abranja todos os meios de transporte e que seja cuidadosamente planeada de forma a limitar o impacto negativo sobre o ambiente.

O BEI continuará activamente empenhado no financiamento das RTE. Dado que carecem de investimentos a longo prazo e que desempenham um papel essencial na implantação de um sistema de transportes eficiente, factor de coesão a nível comunitário, as RTE continuam a ser a pedra angular do investimento no sector dos transportes na UE e são cruciais para o funcionamento do mercado interno. A relação entre o acervo de infra-estruturas e as emissões de gases com efeito de estufa é complexa, mas não justifica que o empenhamento da UE nas RTE seja posto em causa.

O financiamento de projectos ferroviários e de ligações fluviais marítimas (em particular, as auto-estradas do mar) continuará a ser uma prioridade, pois estes projectos são intrinsecamente os mais promissores em termos de redução das emissões de gases com efeito de estufa por unidade de transporte. O mesmo se aplica aos transportes urbanos e às plataformas intermodais.

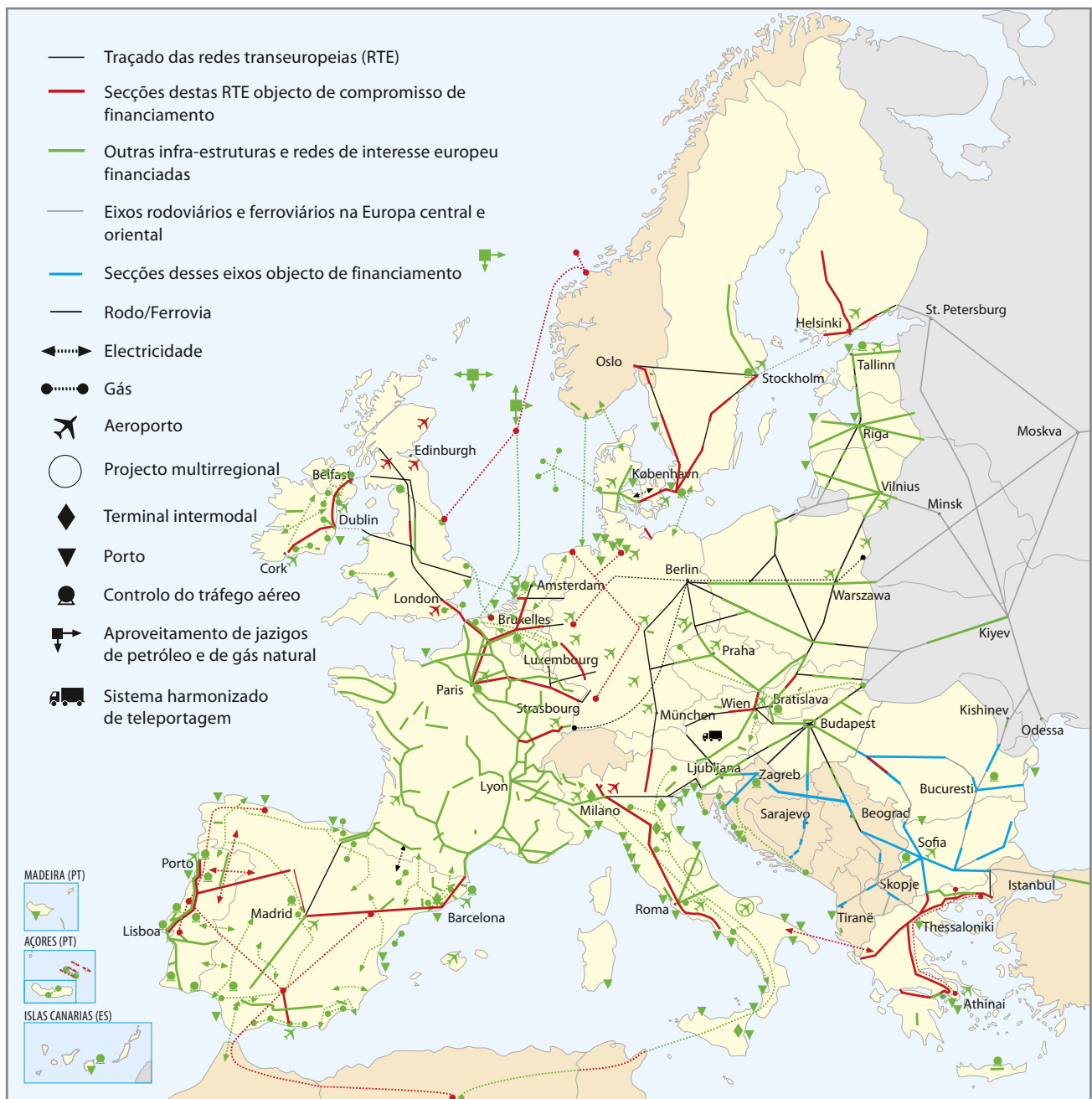
Os projectos rodoviários e aeroportuários devem demonstrar um elevado valor económico para poderem beneficiar de apoio do BEI, sendo dada prioridade à melhoria da segurança e da eficiência, assim como à redução do impacto ambiental.

Nos sectores dos transportes ferroviários e marítimos, e também dos transportes urbanos, o apoio à compra de meios de transporte é compatível com os objectivos em matéria de alterações climáticas. O financiamento da aquisição de aeronaves ficará limitado a casos excepcionais, em que seja possível demonstrar um valor acrescentado substancial. O sector aeronáutico é eficazmente gerido pelo sector privado, pelo que o envolvimento do BEI será limitado, podendo incidir sobre as ligações de acesso a regiões de convergência, se o transporte aéreo for essencial para garantir a integridade territorial da UE e a eficiência energética for melhorada. Uma outra possibilidade seria o financiamento de aeronaves especializadas no combate aos incêndios florestais ou destinadas a outros fins especiais.

Será reforçado o apoio às actividades de IDI de iniciativa de construtores de todos os tipos de veículos, tendo primordialmente em vista melhorar a eficiência energética, reduzir as emissões e reforçar a segurança. O financiamento da indústria automóvel deverá ser, contudo, selectivo e limitado a projectos nas regiões de convergência, nas quais esta indústria dá um contributo importante para o emprego e a difusão da inovação, nomeadamente, através das suas ligações às redes locais de empresas *mid-cap* e de PME. De qualquer modo, os projectos financiados devem ser inteiramente compatíveis com as orientações das políticas comunitárias em matéria de ambiente e eficiência energética, implementando normas ambientais mais rigorosas, a fim de acelerar a consecução do objectivo de redução das emissões de CO₂ (como, por exemplo, através do desenvolvimento de automóveis mais pequenos e que consumam menos combustível e de veículos que utilizem energias renováveis).



Operações do BEI em prol das redes e corredores transeuropeus 1993-2007



Apoio às pequenas e médias empresas (PME)

As pequenas e médias empresas (PME) são uma importante fonte de emprego, de competências empresariais e de inovação, sendo ainda um factor da coesão económica e social na União Europeia. A política da UE neste domínio consiste em promover o espírito empresarial e melhorar as condições de trabalho das PME, de modo a que estas possam enfrentar os desafios colocados pela actual economia baseada no conhecimento e globalizada, e aproveitar plenamente o seu potencial.

O apoio às PME constitui uma das grandes prioridades operacionais do Grupo BEI. Esta actividade transversal abrange, por um lado, os financiamentos do BEI, canalizados por meio do sector bancário europeu (linhas de crédito do BEI, através das quais o Banco faculta recursos a intermediários financeiros a taxas atractivas, os quais devem ser afectados em condições adequadas a PME) e por outro, o apoio do FEI às PME, sob a forma de capitais próprios (investimentos em capital de risco) e de operações que facilitem o acesso destas empresas ao financiamento (instrumentos de titularização e de garantia). Em 2007, o capital do FEI foi aumentado 50%, para 3 000 milhões de EUR, reforçando a sua capacidade de prosseguir os seus grandes objectivos, e garantindo simultaneamente a sua autonomia financeira até 2013. O BEI, na qualidade de maior accionista do FEI, demonstrou o seu empenhamento no apoio às PME europeias, subscrevendo totalmente a sua parte do aumento de capital.

ropeus de capital de risco, tendo realizado operações num valor superior a 520 milhões de EUR neste domínio em 2007. As operações de garantia elevaram-se a 1 400 milhões de EUR, prevendo-se um aumento significativo desta actividade em 2008, na sequência da entrada em vigor do novo mandato no âmbito do “Programa-Quadro para a Competitividade e a Inovação” (PIC) da UE, em finais de 2007 (ver também secção “Apoio à Inovação”). A actividade do FEI no domínio da melhoria do crédito atingiu níveis recorde em 2007, tanto em termos de volume, como de número de operações. Neste contexto, o FEI garante as *tranches* subordinadas de operações com títulos com activos subjacentes, tornando-as assim mais atractivas para os investidores e, consequentemente, mais fáceis de vender para os bancos cedentes, o que, por sua vez, incentiva estes a desenvolverem a vertente de concessão de empréstimos às PME.

Diversificação dos produtos

Para além de manter a actividade tradicional de concessão de linhas de crédito destinadas às PME, através de mais de uma centena de bancos parceiros em toda a Europa, facto que foi particularmente apreciado pelo sector financeiro durante o período de turbulência dos mercados no segundo semestre, o Banco prosseguiu a diversificação da gama de produtos para as PME, a fim de responder às necessidades do mercado.

Em 2007, alargou a rede de bancos intermediários ao Hypo Tirol Bank AG na Áustria, ao SEB Vilnius Bankas na Lituânia, ao EFL e ao Millennium Leasing

Resultados em 2007

Em 2007, a acção do Grupo BEI em favor das PME beneficiou cerca de 162 000 PME, centrando-se especialmente nas PME inovadoras e com elevado potencial de crescimento, nos pequenos projectos de energias renováveis promovidos por PME e nas microempresas. O apoio do BEI concretizou-se sob a forma de linhas de crédito num montante total de cerca de 5 000 milhões de EUR, concedidas aos seus intermediários em toda a União Europeia. O FEI confirmou o seu papel preponderante nos mercados eu-



na Polónia, assim como ao Isbank, ao Finansbank e ao DenizBank na Turquia.

Para chegar a bancos regionais de menor dimensão, foram concluídas diversas operações de titularização, nomeadamente em Espanha, com o Rural Coop Bank, o Bankinter e o Banco Popular, e na Itália, com o Selmabipiemme. E pela primeira vez, foi assinada uma operação deste tipo num novo Estado-Membro, uma operação de 200 milhões de EUR com o Millennium Leasing, na Polónia, que irá melhorar o acesso ao financiamento a longo prazo das PME e das microempresas polacas.

Tendo em vista reforçar a sua estratégia no sentido de tomar mais riscos para contribuir com um maior valor acrescentado, o BEI também participou em várias operações com partilha de riscos, em que assume parte dos riscos das próprias PME, incentivando, deste modo, os bancos a reforçarem os seus créditos a PME. Entre as operações deste tipo aprovadas em 2007, podemos citar o RZB Group Risk Sharing Facility, um empréstimo grupado no valor de 100 milhões de EUR, destinado ao financiamento de projectos de pequena dimensão realizados por empresas *mid-cap* na Áustria, na Hungria e na Roménia. Outro exemplo é a operação concluída

em França com Avenir Enterprises Mezzanine, um fundo de investimento fechado, que irá financiar PME com obrigações convertíveis. O BEI subscreveu o montante de 20 milhões de EUR, sendo os outros financiadores a OSEO e a CDC Entreprises. O Banco também concluiu com o KfW IPEX-Bank uma operação com partilha de riscos no valor de 100 milhões de EUR, destinada ao financiamento de operações de pequena e média dimensão – com um *rating* baixo, ou mesmo abaixo da categoria de investimento – realizadas com empresas que investem em IDI na Alemanha.

O BEI também centrou a sua acção no financiamento de microempresas e de investimentos de PME em energias renováveis ou na eficiência energética. Na República Checa, uma linha de crédito com partilha de riscos financiará projectos de pequena e média dimensão nos domínios da utilização racional da energia, da eficiência energética, das energias renováveis e da IDI no sector energético. O Rentenbank, na Alemanha, também beneficiou de uma linha de crédito para financiar investimentos a longo prazo em energias renováveis, nomeadamente em biogás, biocombustíveis, energia eólica e energia fotovoltaica.

Consultas para aumentar o valor acrescentado para as PME

Em 2007, o BEI procedeu, em colaboração com representantes de pequenas e médias empresas, a Comissão Europeia, instituições especializadas e parceiros do sector bancário, a uma grande revisão da gama de produtos propostos às PME, tendo em vista adaptá-los melhor a segmentos de mercado específicos e desenvolver operações com partilha de riscos com intermediários financeiros, obviamente, com o objectivo final de aumentar o valor acrescentado da intervenção do Banco para as PME. As conclusões destas consultas servirão para definir, no decurso de 2008, uma nova estratégia em matéria de produtos do Grupo BEI destinados às PME.

O calendário desta revisão coincide com a perspectiva da Comissão Europeia, que lançou a “Iniciativa europeia para o desenvolvimento do microcrédito em prol do crescimento e do emprego” em Novembro de 2007, e está actualmente a preparar um *Small Business Act for Europe*, que deverá adoptar em Junho de 2008, e que incluirá um capítulo sobre a forma de melhorar o acesso das PME ao financiamento.

Um mandato da Comissão Europeia para o FEI

Em 2007, a Comissão confiou ao Fundo Europeu de Investimento a gestão de um pacote financeiro de 1 100 milhões de EUR, a afectar durante o período de 2007-2013, no âmbito do “Programa-Quadro para a Competitividade e a Inovação” (PIC), que comporta uma vertente “capital de risco” e uma vertente “garantias”.

O PIC visa estimular a competitividade das empresas europeias, apoiar a inovação e facilitar o acesso das PME ao financiamento. Os seus objectivos são semelhantes aos do seu antecessor, o Programa Plurianual para a Empresa e o Espírito Empresarial (MAP, 2001-2006), consistindo em gerar crescimento económico e criar mais emprego, bem como fomentar a produtividade, a competitividade e a inovação na UE. Porém, o PIC pretende ser um programa mais ambicioso do que o MAP, devendo abranger uma área geográfica mais vasta e alargar a gama de instrumentos a novos segmentos de mercado e produtos.

JEREMIE, uma iniciativa conjunta da Comissão e do FEI em favor das PME

A iniciativa JEREMIE (*Joint European Resources for Micro-to-Medium Enterprises*) tem por fim permitir que os Estados-Membros da UE apliquem uma parcela das respectivas dotações no âmbito dos Fundos Estruturais durante o período orçamental de 2007-2013, para criar um fundo auto-renovável, gerido por um intermediário, e destinado a melhorar o acesso ao financiamento das pequenas empresas, incluindo *start-ups*, e a conceder microcréditos nas zonas de desenvolvimento regional, utilizando um conjunto de produtos financeiros especialmente adaptados às suas necessidades.

Em 2006 e 2007, a equipa especial JEREMIE, criada no seio do FEI, realizou cerca de 40 estudos das necessidades de financiamento, a pedido de 20 Estados-Membros. Já foram assinados protocolos de acordo com a Bulgária, a Roménia e a República Eslovaca, e em Junho de 2007, foi celebrado o primeiro acordo de financiamento JEREMIE com a Grécia.

A iniciativa JEREMIE representa uma inovação para o financiamento das PME, na medida em que tira partido dos Fundos Estruturais e cria um instrumento auto-renovável gerido por um fundo *holding*. JEREMIE cria novas oportunidades e constitui um avanço significativo em relação ao anterior sistema de financiamento dos Fundos Estruturais, que consistia exclusivamente na concessão de ajudas não reembolsáveis.



Uma energia segura, competitiva e sustentável

A promoção de fontes de energia seguras, competitivas e duradouras é um dos grandes objectivos da União Europeia. A crescente atenção dada à problemática das alterações climáticas colocou a energia no topo da agenda da UE. Assim sendo, em 2007, o Conselho de Governadores decidiu reforçar a contribuição do BEI para a promoção de energias limpas na Europa e estabelecer um instrumento especial para o financiamento do sector energético no exterior da UE.

O Plano de Acção aprovado pelo Conselho Europeu de Bruxelas de Março de 2007 define a política energética da UE, fixando, igualmente, objectivos ambiciosos: redução de 20% das emissões de gases com efeito de estufa até 2020, relativamente aos níveis de 1990; aumento para 20% da quota-parte de energias renováveis no cabaz energético da UE; fixação de uma percentagem de 10% de biocombustíveis na gasolina e no gasóleo destinados aos transportes; e redução de 20% do consumo de energia relativamente às projecções de referência fixadas para 2020. No início de 2008, a Comissão Europeia aprovou um amplo pacote de propostas inscritas num plano de acção para o clima, que apoiará os compromissos assumidos pelo Conselho Europeu relativamente ao combate às alterações climáticas e à promoção das energias renováveis.

O BEI está a acompanhar atentamente a evolução da política energética. Neste contexto, os financiamentos do Banco no domínio da energia e do combate às alterações climáticas concentram-se em cinco áreas prioritárias: energias renováveis; eficiência energética; IDI no sector da energia; segurança e diversificação do aprovisionamento interno (incluindo redes transeuropeias de energia); segurança do aprovisionamento externo e desenvolvimento económico dos países vizinhos e parceiros.

Dado que se tornou urgente investir na energia, a acção do Banco tem-se pautado por esta necessidade. O objectivo fixado para 2007 foi a concessão de 4 000 milhões de EUR para projectos no sector energético, dentro e fora da União Europeia, dos quais 900 milhões em favor das energias renováveis; e de facto, o Banco concedeu 5 400 milhões de EUR na UE (mais Islândia), dos quais 1 500 milhões para energias renováveis, e 1 400 milhões de EUR no exterior da União, dos quais 518 milhões para energias renováveis. Foram ainda con-



cedidos 500 milhões de EUR no âmbito de um instrumento especial com uma dotação de 3 000 milhões de EUR a afectar até 2013, vocacionado para o financiamento de projectos energéticos nos países vizinhos, nos países ACP, na África do Sul, na Ásia e na América Latina, fora dos actuais mandatos de ajuda ao desenvolvimento.

Energias renováveis e eficiência energética

Trata-se de valores recorde para os empréstimos no domínio das energias renováveis. A título comparativo, nos últimos anos, o montante anual médio dos financiamentos neste domínio rondava os 450 milhões de EUR. O BEI tem financiado tecnologias maduras, que já atingiram a fase de exploração comercial, tais como os parques eólicos terrestres, a energia hidroeléctrica,

a energia geotérmica e a biomassa sólida, assim como tecnologias emergentes ainda na fase inicial de implementação, como as de produção de energia fotovoltaica e termo-solar, e de biocombustíveis de segunda geração. O investimento em tecnologias emergentes no domínio das energias renováveis tem uma dupla finalidade: produzir electricidade e contribuir para a redução do custo destas tecnologias, nomeadamente aprendendo com a prática.

Os empréstimos no domínio da eficiência energética na UE ascenderam a 945 milhões de EUR. A co-geração de calor e de electricidade, assim como as redes de aquecimento urbano, constituem uma prioridade para o Banco. Na Itália, o BEI concedeu um empréstimo de 200 milhões de EUR ao ENI, para a construção de uma central de ciclo combinado nos arredores da cidade de Ferrara, que deverá facilitar o desmantelamento de centrais eléctricas alimentadas a fuelóleo obsoletas, ineficientes e mais poluentes. Na Alemanha, o BEI financiou uma central térmica de incineração de resíduos em Suhl, na Turíngia.

A IDI no domínio da energia

O investimento em projectos de investigação, desenvolvimento e inovação no domínio da energia contribui significativamente para o cumprimento dos objectivos a longo prazo da política energética da UE,



nomeadamente, os relativos às alterações climáticas, além de desempenhar um papel importante na realização da Estratégia de Lisboa, que visa criar uma economia europeia competitiva e baseada no conhecimento. O BEI já está a dar grande atenção às energias renováveis e à eficiência energética nos seus financiamentos em favor da IDI. Após o lançamento do Instrumento de Financiamento com Partilha de Riscos, em meados de 2007 (ver também a secção “Apoio à inovação”), os primeiros empréstimos destinaram-se em grande parte à IDI no domínio da energia: desenvolvimento da tecnologia da energia solar térmica na central de Andasol, a norte da Sierra Nevada, em Espanha; também em Espanha, aplicação de uma tecnologia de energia solar diferente na central de Solucar, próximo de Sevilha, e investimento em tecnologias energéticas inovadoras pelo Grupo Abengoa; na Áustria, desenvolvimento pela AVL de sistemas de transmissão automóvel limpos e eficazes, e investigação sobre as pilhas de combustível a hidrogénio, os nanocompósitos e as tecnologias para melhorar a eficiência energética dos motores.

O BEI também colabora com especialistas e com a Comissão Europeia no que toca ao apoio financeiro a prestar para a realização de instalações-piloto de captura e armazenagem de carbono, previstas pela Comissão, mantendo contactos com os emissores de carbono europeus, sobretudo no sector energético. Além disso, tem acompanhado atentamente as plataformas tecnológicas europeias, em particular, as dedicadas às pilhas de combustível a hidrogénio, à energia fotovoltaica, à energia eólica, às centrais alimentadas a combustíveis fósseis com emissões zero e à energia solar térmica.

Em 2006, o FEI assinou a sua primeira operação relativa a tecnologias não poluentes e começou a desempenhar um papel importante neste segmento de mercado, disponibilizando fundos de capital de risco viáveis e especializados em tecnologias limpas. Perante a crescente ênfase dada a estas tecnologias, o FEI tenciona afectar uma parte significativa da dotação do PIC a este segmento (ver também secção “Apoio à inovação”).



Em 2007, o Fórum Anual do BEI teve como tema a energia

O Fórum 2007 do BEI, que se realizou em Liubliana, na Eslovénia, a 27 e 28 de Setembro, foi consagrado a um dos temas mais prementes da Europa: investir na energia e controlar as alterações climáticas. Insignes representantes dos governos, universidades e indústrias apresentaram matéria para reflexão sobre a melhor forma de traduzir os objectivos europeus em soluções concretas.

Facto que muitos dos oradores do Fórum reiteraram, as tecnologias inovadoras e a utilização eficaz do capital podem oferecer à Europa uma vantagem competitiva única na sua acção em favor da eficiência energética e do desenvolvimento de energias renováveis. O Fórum debruçou-se, em várias ocasiões, sobre a Estratégia de Lisboa, o plano de acção da UE no sentido de criar uma economia europeia competitiva, inovadora e baseada no conhecimento, capaz de um crescimento económico sustentável e de uma maior coesão social até 2010. Diversos oradores reafirmaram que só com um contexto político e condições de mercado adequados, a Europa poderá responder ao desafio que constitui a IDI, factor fundamental do progresso do sector da energia. Segundo o Presidente Maystadt: "A Europa possui os conhecimentos científicos e técnicos necessários para desenvolver soluções práticas. Também dispõe de recursos financeiros suficientes para suportar os custos da implementação de novas tecnologias e de novos sistemas reguladores. Mais, o desempenho desse papel pioneiro, trar-lhe-á, muito provavelmente, benefícios económicos a longo prazo".





Um empréstimo de 200 milhões de EUR concedido à Urenco Ltd ajudará a diversificar as fontes de energia seguras. Esta empresa está a ampliar duas centrais de enriquecimento de urânio situadas no Reino Unido e nos Países Baixos. O projecto, que inclui a instalação de duas novas cascatas de centrífugas em ambas as centrais, foi objecto de uma avaliação completa do impacto ambiental, e a Urenco cumpre todas as medidas de protecção estipuladas pela Euratom, a Agência Internacional de Energia Atómica, e por outros organismos públicos de controlo do ciclo do combustível nuclear, que está sujeito a uma regulamentação muito severa.

RTE de energia e segurança do aprovisionamento

Em 2007, os empréstimos concedidos para as redes transeuropeias de energia ascenderam a 1 400 milhões de EUR. O BEI participa na maioria dos projectos pan-europeus prioritários no sector do gás e pretende reforçar futuramente os financiamentos no sector da electricidade. Na Bélgica, o investimento financiado pelo BEI no terminal Fluxys LNG em Zeebrugge contribuirá para aumentar, reforçar a segurança e diversificar o abastecimento de gás à União Europeia, uma vez que o gás importado pode ser facilmente transportado para o Reino Unido, os Países Baixos, a Alemanha, o Luxemburgo e a França. Um empréstimo concedido ao ENI, na Itália, financiará a ampliação do gasoduto Transmed, melhorando o abastecimento de gás argelino, através da Tunísia, com destino à Itália e à União Europeia.

Energia no exterior da UE

Tendo em vista melhorar a segurança do abastecimento externo e estimular o desenvolvimento económico, o BEI financiou em 2007 projectos de investimento no sector energético na Croácia, nos Balcãs, nos países parceiros mediterrânicos, no Uganda, na África do Sul e na China. Nesta última, concedeu um empréstimo-quadro de 500 milhões de EUR para apoiar projectos de investimento nos sectores da energia e da indústria, que ajudarão a reduzir os gases com efeitos de estufa e outras emissões poluentes. Tratou-se do primeiro empréstimo concedido pelo BEI no âmbito do instrumento para uma energia sustentável e um aprovisionamento seguro, com uma dotação de 3 000 milhões de EUR, que foi aprovado pelos governadores do Banco em Junho de 2007, e que se destina a reforçar a acção da UE no que toca às alterações climáticas e à segurança do aprovisionamento energético (ver igualmente a secção “Uma energia segura, competitiva e sustentável”, pág.33).



Países candidatos e potenciais candidatos

O BEI está plenamente empenhado em financiar projectos nos países em vias de adesão (Turquia e Croácia) e candidatos (ARJM), assim como nos países potenciais candidatos (restantes Estados dos Balcãs Ocidentais). As actividades do Banco têm por objectivo apoiar o processo de desenvolvimento económico e, desde logo, a preparação da eventual transição destes países para o estatuto de Estado-Membro da UE. Os financiamentos enquadram-se no instrumento de pré-adesão e no mandato de pré-adesão, ambos renovados em 2007, e são realizados em estreita cooperação com a Comissão Europeia e com as instituições financeiras internacionais que intervêm nestes países.

Croácia

Os financiamentos na Croácia destinam-se a apoiar investimentos que ajudem o país a cumprir os critérios necessários à adesão à União Europeia, tendo sido assinados contratos de financiamento no valor de 330 milhões de EUR em 2007. Desde 2001, o BEI já concedeu neste país 1 300 milhões de EUR. A actividade em 2007 foi muito diversificada, destinando-se as verbas concedidas à modernização das infra-estruturas de energia e de transportes do país e ao financiamento indirecto, por meio de linhas de crédito, de projectos de pequena dimensão de iniciativa de PME e de autarquias locais. O Banco concedeu 190 milhões de EUR para a segunda fase das obras de melhoria e ampliação da rede de transporte de gás natural, que inclui cerca de 930 km de novos gasodutos de alta pressão. Foi ainda concedido um empréstimo de 100 milhões de EUR para a construção das infra-estruturas do novo terminal de *ferries* de Zadar, o que abre novas perspectivas para esta cidade histórica e melhorará as ligações com as ilhas croatas e, para além destas, com outros países mediterrânicos.

Nos próximos anos, o Banco deverá reforçar os financiamentos às autarquias locais, com vista a melhorar as infra-estruturas nos domínios do ambiente, da saúde e da educação.

Turquia

O BEI desempenha um papel importante no processo de adesão da Turquia à UE, tendo concedido

2 100 milhões de EUR em 2007 (contra 1 800 milhões em 2006). Na qualidade de país em vias de adesão à União Europeia, a Turquia deverá receber, durante o período de 2007-2013, ajudas não reembolsáveis no quadro de um novo Instrumento de ajuda de pré-adesão. O BEI complementa estas subvenções com empréstimos disponibilizados no âmbito do mandato de financiamento externo e do seu Instrumento de Pré-Adesão, no contexto do qual concede empréstimos e garantias por sua conta e risco. O BEI colabora estreitamente com a Comissão Europeia e com organismos turcos na definição dos investimentos prioritários, de acordo com os planos nacionais de desenvolvimento e as prioridades da UE.

Em 2007, o Banco apoiou investimentos, tanto no sector público como no privado na Turquia. No sector privado, financiou a modernização das fábricas Ford Otosan situadas em Kocaeli e Inönü, bem como a modernização e o aumento da capacidade da fábrica de vidro de Sisecam, na província de Bursa. Também reforçou os financiamentos às pequenas e médias empresas, que atingiram um volume de 900 milhões de EUR.

A existência de infra-estruturas eficazes é indispensável ao prosseguimento do crescimento e do desenvolvimento do país. Assim sendo, grande parte dos empréstimos concedidos em 2007 destinou-se a infra-estruturas de transportes municipais, em Antalya e Izmir, à linha férrea de alta velocidade Istanbul-Ankara, e à renovação da frota da companhia aérea turca, um projecto que já tinha sido aprovado no final de 2005, e que favorece o desenvolvimento econó-



mico e a cooperação regional entre a Turquia e outros países, incluindo os da UE.

O Banco também investiu em IDI na Turquia. Os progressos realizados por este país neste domínio contribuirão para reforçar a sua posição concorrencial dentro da União Europeia. Foi concedido um empréstimo de 400 milhões de EUR ao Tübitak, o conselho de investigação científica e tecnológica da Turquia, para financiar uma série de investimentos em programas de investigação universitária, laboratórios e equipamento científico.

A Turquia é, de longe, o maior beneficiário dos financiamentos do BEI no exterior da União Europeia, com um volume total de financiamentos de 6 200 milhões de EUR no período de 2003-2007. A próxima abertura de gabinetes em Ancara e Istambul ilustra a importância que o BEI atribui às suas actividades neste país.

Balcãs Ocidentais

Os países dos Balcãs Ocidentais são considerados como potenciais candidatos. Os financiamentos do BEI na Albânia, na Bósnia-Herzegovina, na Antiga República Jugoslava da Macedónia, no Montenegro e na Sérvia contribuirão para a futura integração destes países na União Europeia. De uma forma geral, o apoio da União Europeia e do BEI permite promover reformas políticas e económicas e encoraja a recon-

ciliação social na região. Em 2007, os financiamentos do BEI nestes países atingiram um montante recorde de 440 milhões de EUR, elevando o volume total dos financiamentos concedidos desde 1995 para cerca de 2 500 milhões de EUR.

Mais de dois terços dos financiamentos apoiaram o desenvolvimento de infra-estruturas de transportes e de energia. Na Bósnia-Herzegovina, foram concedidos 103 milhões de EUR para a reabilitação de centrais hidroeléctricas e de redes de distribuição de energia eléctrica. Este investimento permitirá melhorar a eficiência energética e reforçar a qualidade e a segurança do abastecimento de electricidade no país. Na Sérvia, foi concedido um empréstimo de 60 milhões de EUR para a construção de uma auto-estrada circular na capital, Belgrado. Este projecto contribuirá para aumentar a segurança e a capacidade da rede de transportes deste país, situado na encruzilhada de grandes corredores transeuropeus que atravessam os Balcãs Ocidentais. Foi ainda concedido um outro empréstimo na Sérvia, para a reabilitação da Ponte Gazela, em Belgrado, o qual foi co-financiado com o Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento e a Agência Europeia para a Reconstrução. Entre outros projectos de transportes financiados, destacam-se o programa de reabilitação da rede rodoviária na Bósnia Herzegovina e a construção de uma via rápida entre Levan e Vlorë, na Albânia.

O Banco concedeu 120 milhões de EUR a pequenas e médias empresas da região, através de linhas de crédito abertas a intermediários locais. Uma destas linhas de crédito foi disponibilizada no Kosovo, sendo o primeiro empréstimo nesta região dos Balcãs Ocidentais. Além disso, o BEI investiu 25 milhões de EUR no Fundo Europeu para a Europa do Sudeste, que afectará os fundos, por meio de instituições financeiras intermediárias, a pequenas empresas e microempresas. O Fundo investirá essencialmente nos países dos Balcãs Ocidentais, canalizando o saldo dos recursos para a Bulgária, a Roménia e a Moldávia e, eventualmente, para outros países da Europa do Sudeste.



Países vizinhos e parceiros europeus

2007 marcou o início dos financiamentos do Banco nos países vizinhos e parceiros no âmbito do novo mandato que lhe foi confiado pelo Conselho, o qual prevê a concessão de um volume máximo de empréstimos de 12 400 milhões de EUR durante o período de 2007-2013. Trata-se do maior mandato de sempre cometido ao BEI para operações no exterior da União, na medida em que lhe permite duplicar o volume das actividades nos nove países parceiros mediterrânicos e sextuplicar o volume dos empréstimos na Rússia e nos países vizinhos do leste.

FEMIP: um ano recorde para o apoio ao sector privado

Do total de financiamentos (1 400 milhões de EUR) concedidos em 2007 nos nove países parceiros do Norte de África e do Médio Oriente, no âmbito da Facilidade Euro-Mediterrânica de Investimento e de Parceria (FEMIP), uma parcela sem precedentes de 68% destinou-se ao sector privado, em conformidade com as prioridades da política europeia de vizinhança.

Em 2003, a União Europeia formulou uma política que estabelecia relações preferenciais com os países situados nas suas fronteiras a sul e a leste, a “política europeia de vizinhança”. As actividades do BEI no Mediterrâneo têm-se enquadrado na FEMIP desde 2002. Nos termos do Processo de Barcelona – um enquadramento geral que rege as relações entre os Estados-Membros da UE e os países parceiros mediterrânicos – e da política europeia de vizinhança, a missão da FEMIP consiste em promover o desenvolvimento económico dos nove países da bacia mediterrânica, investindo em duas grandes vertentes: o apoio ao sector privado, a força motriz subjacente ao crescimento sustentável, e a criação de um ambiente

Países Mediterrânicos

Empréstimos concedidos em 2007

(milhões de EUR)

	Total	Recursos	
		próprios	Orçamentais
Tunísia	389	385	4
Marrocos	336	330	6
Libano	300	295	5
Egipto	130	130	–
Israel	120	120	–
Síria	80	80	–
Jordânia	50	50	–
Regional	31	–	31
Argélia	3	–	3
Países mediterrânicos	1 438	1 390	48

propício ao investimento, através de infra-estruturas eficazes e de sistemas bancários adequados. A FEMIP impôs-se como principal parceiro financeiro na região mediterrânica, tendo os investimentos desde 2002 ultrapassado os 7 000 milhões de EUR e, além disso, tem incentivado o diálogo, não somente entre os países parceiros e com a UE a nível institucional, como também com os representantes do sector privado e da sociedade civil.



Embora o volume total das operações realizadas em 2007 (1 400 milhões de EUR) fosse apenas ligeiramente superior ao de 2006, o tipo de projectos apoiados foi muito diferente, na medida em que 68% das verbas destinou-se a projectos do sector privado, em comparação com 30% em 2006. Estes números não têm precedentes nas actividades da FEMIP e reflectem uma opção estratégica conforme com as recomendações do Conselho Europeu.

Mais de 44% do volume total de operações destinou-se a apoiar pequenas e médias empresas por meio de bancos locais, na Jordânia, no Líbano, na Síria e na Tunísia. Além disso, 3% do montante total concedido ao sector privado destinou-se a tomadas de participação em empresas (Argélia) ou a fundos de investimento, no Líbano, em Marrocos e na Tunísia.

A FEMIP continuou igualmente a apoiar grandes projectos de infra-estruturas nos países parceiros, concedendo 465 milhões de EUR (32% do total) para infra-estruturas no sector da energia, a construção de duas centrais eléctricas alimentadas a gás natural no Egipto, a optimização da capacidade de produção hidroeléctrica em Marrocos e o prolongamento do gasoduto Transmed, que liga a Argélia à Itália, passando pela Tunísia. Este último projecto é um eixo prioritário das RTE de energia. As infra-estruturas de transportes – construção de um lanço da auto-estrada entre Fez e Oujda, em Marrocos, que completa a rede de auto-estradas do país – representaram 13% do to-

tal. A FEMIP também financiou a construção de uma central de dessalinização da água do mar em Israel, tendo o apoio às infra-estruturas de abastecimento de água e de saneamento básico representado 8% do volume total de financiamentos.

Em termos de distribuição geográfica, 51% do volume total destinou-se ao Magrebe (8 projectos, num total de 728 milhões de EUR) e 47% ao Próximo Oriente (7 projectos, num valor de 680 milhões de EUR), sendo três projectos de âmbito regional. Por exemplo, o fundo de investimento Altermed, no qual a FEMIP investiu 11 milhões de EUR em Dezembro de 2007, financia PME da Tunísia e de Marrocos.

Para além dos empréstimos e de *private equity*, a FEMIP continuou a prestar assistência técnica aos promotores em todas as fases de realização dos projectos. Estas operações são financiadas pelo Fundo de Assistência Técnica da FEMIP, que utiliza para o efeito ajudas não reembolsáveis concedidas pela Comissão Europeia. Em 2007, foram assinados 24 contratos de assistência técnica nos países parceiros mediterrânicos, no montante total de 17 500 milhões de EUR.

Montagens financeiras cada vez mais complexas

Em termos qualitativos, 2007 foi um ano de inovações. Efectivamente, a FEMIP participou pela primeira vez na preparação e no financiamento de duas parcerias público-privadas: uma no contexto da central de dessalinização de Hadera, próximo de Tel Aviv, em Israel, e a outra, no quadro do porto Tanger Med em Marrocos, um empréstimo que deverá ser assinado em 2008. Deste modo, a FEMIP pôde transmitir aos seus dois parceiros mediterrânicos a experiência adquirida pelo BEI neste domínio com projectos na União Europeia.

A FEMIP também lançou e promoveu o primeiro fundo de financiamento de empresas na fase de arranque, gerido pelo sector privado na Tunísia, o “Phénicia Seed Fund”, que concentra a sua acção nas empresas tunisinas inovadoras em fase de arranque ou criadas há menos de cinco anos. Esta operação é

Colaborar com as universidades mediterrânicas

Em 2007, o Banco Europeu de Investimento e a UNIMED, a União das Universidades Mediterrânicas, assinaram um Protocolo de Acordo. A UNIMED é uma associação de 74 universidades dos países da bacia mediterrânica e tem por objectivo promover a investigação nas áreas da conservação e da valorização do património cultural, do ambiente, da saúde, da economia e das novas tecnologias de comunicação, a fim de contribuir para as vertentes política e económica das relações entre a União Europeia e os seus parceiros mediterrânicos.



financiada pelo Fundo Fiduciário da FEMIP (FFF). Este Fundo foi criado em 2004 com recursos disponibilizados por 15 Estados-Membros e pela Comissão Europeia, e tem como objectivo canalizar recursos para certos sectores prioritários, a fim de estimular o desenvolvimento do sector privado na região. Em 2007, a Assembleia de Doadores do FFF aprovou cinco novas operações de um volume total de 750 000 EUR, elevando assim o número total de operações aprovadas para 18 e o volume total dos financiamentos para 6,9 milhões de EUR.

Reuniões e estudos estratégicos

Foram realizadas várias reuniões em 2007 para prosseguir o diálogo iniciado, no âmbito da FEMIP, entre as populações da Europa e da região mediterrânica. A nível institucional, o Conselho de Ministros da FEMIP reuniu-se em Chipre no dia 14 de Maio, enquanto o Comité da FEMIP, constituído por representantes dos países europeus e mediterrânicos e responsável pela revisão da estratégia da FEMIP, reuniu-se em 6 de Fevereiro, 3 de Abril e 20 de Novembro.

Além disso, foram publicados dois estudos financiados pelo Fundo Fiduciário da FEMIP no sítio web do Banco. O primeiro, relativo aos meios para melhorar a eficácia das remessas de trabalhadores migrantes para os países mediterrânicos, foi apresentado na Conferência da FEMIP realizada em Paris, em Março de 2007, que reuniu associações e representantes da sociedade civil e do sector privado de ambos os lados do Mediterrâneo. O segundo, publicado em Junho de 2007, é um estudo sobre a poupança privada em Marrocos, que recomenda medidas concretas para mobilizar essas poupanças de uma forma mais eficaz.

A Rússia e os Países Vizinhos de Leste

As operações de financiamento do BEI na Europa Oriental, no Cáucaso Meridional e na Rússia são realizadas em estreita cooperação com o Banco Europeu



para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BERD), em conformidade com os termos definidos no protocolo de acordo tripartido celebrado entre a Comissão Europeia, o BEI e o BERD, com o qual se pretende conjugar a experiência, a capacidade e os trunfos comparativos de cada interveniente para levar a bom termo a política europeia de vizinhança e a parceria estratégica entre a UE e a Rússia. O objectivo visado é reforçar a prosperidade, a estabilidade e a segurança.

No âmbito do novo mandato para o período de 2007-2013, é disponibilizado um pacote de 3 700 milhões de EUR sob a forma de empréstimos do BEI, para o financiamento de investimentos na Rússia, na Ucrânia e – sob reserva de uma futura decisão do Conselho – na Bielorrússia e nos países do Cáucaso Meridional (Arménia, Azerbaijão e Geórgia). O BEI concederá empréstimos a longo prazo para projectos que apresentem um interesse significativo para a UE, nos sectores das infra-estruturas de transportes, de energia, de telecomunicações e do ambiente. Será dada prioridade a projectos relativos aos principais eixos da rede transeuropeia alargada, a projectos com repercussões transfronteiriças para um ou mais Estados-Membros e a grandes projectos que favoreçam a integração regional por via de uma maior interligação. No domínio do ambiente na Rússia, o BEI dará prioridade a projectos integrados na Parceria Ambiental da Dimensão Setentrional, um esforço de cooperação entre a Comissão Europeia, a Federação Russa, o BERD, o Banco Nórdico de Investimento, o BEI e vários países doadores, que visa resolver os problemas ambientais mais prementes no noroeste da



Rússia. No sector energético, são particularmente importantes os projectos relativos ao aprovisionamento estratégico e ao transporte de energia.

O primeiro empréstimo do BEI para um projecto ambiental neste país, em São Petersburgo, remonta a 2003. Nos anos seguintes, foram assinados dois outros empréstimos no domínio da protecção do ambiente, também destinados ao financiamento de projectos nesta cidade, num montante total de 85 milhões de EUR. Em 2007 não foram assinados novos empréstimos na Rússia, mas efectuou-se o trabalho preparatório de vários projectos de tipo PPP relativos, nomeadamente, à circular oeste de São Petersburgo. Este projecto consiste na construção de uma auto-estrada com portagens através da par-

te ocidental da cidade, que ligará os lanços norte e sul da circular e permitirá a ligação directa ao grande porto da cidade e à Finlândia.

O Banco iniciou as suas operações na Ucrânia em 2006, e em 2007 assinou o primeiro empréstimo neste país, destinado à reabilitação da auto-estrada integrada no corredor pan-europeu, entre Kiev e Brody. Em 2007, o BEI também assinou a sua primeira operação na Moldávia, para o financiamento da melhoria das ligações rodoviárias com a União Europeia. Foram concedidos 30 milhões de EUR para a reabilitação das estradas que ligam a capital, Chisinau, à fronteira com a UE. Este projecto, liderado pelo Banco Mundial, é co-financiado por este banco, o BEI e o BERD. O Banco Mundial e o BERD também estão a financiar a reabilitação do principal eixo rodoviário norte-sul do país. Estes empréstimos são concedidos em coordenação com o Fundo Monetário Internacional e a Comissão Europeia.

O novo mandato externo, que cobre o período de 2007-2013, permite que o BEI reforce as suas actividades nos países vizinhos do Leste, de forma a incluir o Cáucaso Meridional. Para que possa intervir nestes novos países, o BEI deve concluir um acordo-quadro com cada país interessado, o que já aconteceu com a Geórgia, em Junho de 2007, e com a Arménia no início de 2008, prosseguindo as negociações com o Azerbaijão para a assinatura de um acordo ainda em 2008.



Países parceiros nas regiões ACP e ALA

O Banco Europeu de Investimento contribui de uma forma decisiva para a concretização das políticas comunitárias de ajuda ao desenvolvimento e de cooperação económica em países terceiros. O BEI tem contribuído activamente para o desenvolvimento de muitos países de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP) desde 1963 e dos Países e Territórios Ultramarinos (PTU) desde a década de 70. As suas operações nestas regiões contribuem para o desenvolvimento social e económico sustentável e para a mitigação da pobreza. Na América Latina e na Ásia (ALA), a actividade do BEI remonta a 1993. Nestas regiões, tem sido dada ênfase à cooperação económica e aos projectos de interesse mútuo para o país beneficiário e para a UE, mas recentemente, a protecção do ambiente e a segurança energética têm vindo a ganhar importância.

Financiamento do desenvolvimento nos países ACP e nos PTU

2007 foi um ano importante nas relações da UE com os países ACP, pelo facto de a presidência portuguesa da União ter dado prioridade às necessidades de desenvolvimento do continente africano. A Cimeira UE-África de Dezembro de 2007 foi a segunda do género, tendo a primeira (no Cairo, em 2000) sido igualmente organizada por Portugal. Reunindo os Chefes de Estado e de Governo, a Cimeira lançou as bases da parceria estratégica entre os dois continentes.

Em 2007, os financiamentos com recursos próprios do BEI atingiram um montante recorde de 432 milhões de EUR, e as assinaturas no âmbito da Facilidade de Investimento totalizaram 325 milhões de EUR. A Facilidade de Investimento é um fundo auto-renovável de tomada de riscos, com uma dotação de 2 000 milhões de EUR, que foi criado para apoiar, durante o período de 2003-2007, investimentos realizados por empresas privadas e entidades do sector público geridas segundo as regras do mercado, incluindo infra-estruturas geradoras de receitas. A FI já adquiriu uma sólida experiência, montando as operações aprovadas a 1 990 milhões de EUR no final de 2007, o que representa 98% da dotação de capital inicial. Uma dotação separada de 20 milhões de EUR destina-se aos Países e Territórios Ultramarinos. Ao abrigo do segundo Protocolo Financeiro do Acordo UE-ACP de Cotonu revisto, que cobre o período de 2008-2013, a Facilidade de Investimento receberá

uma dotação suplementar de 1 100 milhões de EUR para operações de financiamento, a que acrescem 400 milhões de EUR para bonificações de juros e assistência técnica.

Nos financiamentos no âmbito da Facilidade de Investimento, o BEI tem privilegiado os projectos do sector privado, os quais representavam 79% da carteira de operações assinadas no final de 2007 (montante agregado). 52% da carteira actual da FI é composta por serviços financeiros, facto que se deve principalmente ao desenvolvimento da actividade de microfinanciamento do Banco, em especial na África subsariana, 17%

Estados ACP e África do Sul

Empréstimos concedidos em 2007

(milhões de EUR)

	Total	Recursos	
		próprios	orçamentais
África	686	432	254
<i>Austral e Oceano Índico</i>	328	304	25
<i>Oriental</i>	149	–	149
<i>Ocidental</i>	128	128	–
<i>Central e Equatorial</i>	73	–	73
<i>Multirregional</i>	8	–	8
Caraíbas	56	–	56
Pacífico	2	–	2
PTU	10	–	10
Multirregional	3	–	3
ACP-PTU	756	432	325
África do Sul	113	113	–

é composta por investimentos industriais (incluindo a exploração mineira) e 28%, por infra-estruturas de base, nomeadamente, nos sectores da energia, da água, dos transportes e das telecomunicações, reportando-se os restantes 3% à agricultura e ao turismo.

Fundo Fiduciário da Parceria UE-África para as infra-estruturas

Em Abril de 2007, assistiu-se ao lançamento com êxito do Fundo Fiduciário da Parceria UE-África para as Infra-Estruturas, gerido pelo BEI. Este fundo inovador destina-se a apoiar o desenvolvimento de projectos de infra-estruturas transfronteiriças ou regionais na África subsariana e congrega a competência técnica e financeira do Banco e de outros organismos de financiamento do desenvolvimento da UE com ajudas não reembolsáveis da Comissão Europeia e dos Estados-Membros da União.

Com o ingresso do Reino Unido em Dezembro de 2007, o Fundo Fiduciário passou a contar com onze doadores – a Comissão e dez Estados-Membros da UE. As participações dos doadores no Fundo elevam-se actualmente a 98 milhões de EUR e deverão ser reforçadas em 2008. Em 2007, foi aprovada a concessão de subvenções no valor de 16,2 milhões de EUR para quatro projectos de infra-estruturas.

Gabinetes regionais do BEI

O BEI inaugurou gabinetes de representação regional em Fort-de-France, em Maio de 2007, e em Sydney, em Novembro de 2007, os quais cobrirão as regiões das Caraíbas e do Pacífico, respectivamente. Além de promoverem o desenvolvimento das actividades do Banco nestas regiões, os gabinetes facilitarão as comunicações e a coordenação, não só com os potenciais promotores de projectos, mas também com outros financiadores estabelecidos nas regiões, em especial com as delegações da Comissão Europeia.



A abertura destes gabinetes eleva para cinco o número de gabinetes do BEI nos países ACP; em 2005, foram abertos gabinetes em Nairobi, para a África Oriental e Central, em Dacar, para a África Ocidental, e em Tshwane (Pretória) para a África Austral e a região do Oceano Índico. Nesta conformidade, todas as zonas ACP estão actualmente cobertas por gabinetes locais, o que permite que o Banco reforce e amplie o papel estratégico que desempenha na promoção do crescimento económico sustentável no conjunto dos países ACP e dos PTU.

Nos próximos anos, o Banco dará prioridade às infra-estruturas e ao sector financeiro. No que toca às primeiras, privilegiar-se-ão os investimentos de base em projectos energéticos, de saneamento e de abastecimento de água, dando-se prioridade aos projectos promovidos pelo sector privado e às iniciativas regionais (que abranjam vários países). No sector financeiro, será dado destaque às participações de capital. O Banco também canalizará fundos por meio de instituições financeiras locais, apoiando o desenvolvimento dos mercados financeiros locais e financiando empresas de menor dimensão, incluindo microempresas.

Financiamentos do BEI na África do Sul

Os financiamentos do BEI na África do Sul inscrevem-se num mandato separado. A dotação para o período de 2007-2013 é de 900 milhões de EUR, em com-



O microfinanciamento, instrumento com grande impacto nos países ACP

O papel do microfinanciamento – isto é, a oferta de sistemas de crédito e de poupança, bem como de outros serviços financeiros básicos às populações desfavorecidas – na mitigação da pobreza já é amplamente reconhecido. Ao longo dos anos, o Banco adquiriu *know-how* e competências neste domínio através das suas actividades nos países de África, das Caraíbas e do Pacífico.

O BEI adoptou uma estratégia na área do microfinanciamento que consiste em centrar a acção nos domínios em que pode contribuir com maior valor acrescentado, a saber: o fornecimento de capitais próprios a instituições existentes ou recém-criadas e a disponibilização de recursos em divisas locais, nomeadamente, por meio da concessão de garantias. No final de 2007, o total dos compromissos do Banco nos países ACP sob a forma de empréstimos e de participações de capital no domínio do microfinanciamento cifrava-se em 75 milhões de EUR. Os fundos de investimento especializados no microfinanciamento revelaram-se particularmente eficazes, não só para financiar as instituições de microcrédito existentes em países como o Quénia, o Uganda, o Gana e Moçambique, mas também para promover a criação ou o desenvolvimento de instituições deste tipo nos Camarões, na República Democrática do Congo, em Madagáscar, na Nigéria e no Chade.

O Banco procura que as suas operações tenham um triplo retorno do investimento, ou seja, rentabilidade financeira, impacto social e efeito de demonstração. A rentabilidade financeira é essencial para garantir a viabilidade das instituições de microcrédito em causa e as tornar atractivas para os investidores; o retorno social tem de ser medido em termos de crescimento do rendimento dos beneficiários dos microfinanciamentos, e o efeito de demonstração é necessário para incentivar a mobilização futura de fontes de financiamento mais importantes, tanto no Norte, como no Sul.

Apesar dos progressos animadores, uma grande maioria da população pobre continua a não ter acesso a serviços financeiros básicos. Há ainda muito a fazer, e o BEI está empenhado em contribuir de uma forma pró-activa neste domínio, mantendo-se na vanguarda do sector e tomando riscos sem precedentes para levar a bom termo projectos de grande impacto. Contudo, o contributo do Banco no domínio do microfinanciamento não se limita às operações estritamente ligadas aos projectos, abrangendo um diálogo permanente com os Estados-Membros da UE, a Comissão Europeia e outros intervenientes importantes.

Em 2007, o Banco concluiu três novas operações de investimento no domínio do microfinanciamento nos países ACP, num montante total de 11 milhões de EUR, e estabeleceu um novo enquadramento para o financiamento da assistência técnica ao desenvolvimento do sector do microfinanciamento.



paração com 825 milhões para o período anterior. Ao abrigo do novo mandato e em colaboração com as autoridades, organismos públicos, empresas privadas e o sector financeiro sul-africanos, o Banco concentrará a sua acção no investimento em projectos infra-estruturais de interesse público (nomeadamente, infra-estruturas locais para o abastecimento de electricidade e de água) e no apoio ao sector privado, incluindo as PME. Em Outubro de 2007, o BEI assinou com o Governo da República da África do Sul uma declaração de intenções, que consigna o prosseguimento do apoio financeiro do BEI ao país durante o período de 2007-2013. O volume total de financiamentos na África do Sul atingiu 113 milhões de EUR em 2007.

Cooperação económica com os países da América Latina e da Ásia (ALA)

Em 2007, o BEI começou a aplicar o novo mandato para a América Latina e a Ásia, que cobre o período de 2007-2013. Durante este período, o BEI está autoriza-

do a conceder o montante de 3 800 milhões de EUR nos países ALA parceiros, o que representa um aumento substancial (de 53%) relativamente ao mandato anterior, que cobria o período de 2000-2006. Este novo mandato foi subdividido, a título indicativo, em dois pacotes financeiros, respectivamente, de 2 800 milhões para a América Latina e de 1 000 milhões para a Ásia.

As actividades do BEI nos países ALA complementam a estratégia de cooperação da UE com os países interessados. Em termos sectoriais, os objectivos do BEI nos financiamentos na América Latina e na Ásia foram alargados, na medida em que passarão a cobrir, além da protecção do ambiente (incluindo a mitigação das alterações climáticas), projectos que contribuam para a segurança do aprovisionamento energético da UE, continuando a apoiar a presença da União nestes continentes por meio do investimento directo estrangeiro e da transferência de tecnologias e de *know-how*.

Em 2007, os empréstimos do BEI para projectos situados na América Latina e na Ásia ascenderam a 925 milhões de EUR, 365 milhões dos quais se destinaram a projectos no Brasil, Panamá, Peru e Uruguai, 60 milhões a projectos nas Filipinas e 500 milhões à China, na forma de um instrumento multi-investimentos de grande envergadura destinado a apoiar projectos de investimento nos sectores da energia e da indústria, que visam prevenir ou reduzir os gases com efeito de estufa e outras emissões poluentes. Foi o primeiro empréstimo concedido pelo BEI no quadro do instrumento para uma energia sustentável e um aprovisionamento energético seguro, criado para reforçar a acção da UE no combate às alterações climáticas e na promoção da segurança do aprovisionamento energético, o qual foi aprovado pelos Governadores do Banco em Junho de 2007, com uma dotação de 3 000 milhões de EUR (ver também secção “Uma energia segura, competitiva e sustentável”).



Captação de fundos do BEI

Um dos maiores emittentes internacionais de nível soberano

Um nível de captação sólido em tempos turbulentos

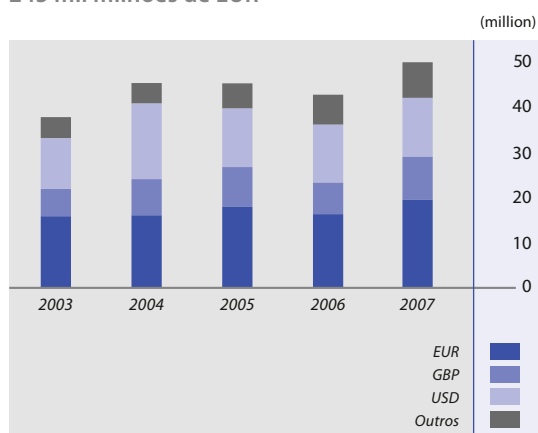
As actividades de captação do BEI resistiram à turbulência que abalou os mercados de capitais durante o ano de 2007, permitindo manter uma oferta de empréstimos em condições competitivas. No ano em apreço, o Banco levantou um total de 55 mil milhões de EUR¹ por meio de 236 transacções em 23 divisas, incluindo quatro em formato sintético. Em Setembro, face aos progressos do programa de financiamentos e dos correspondentes desembolsos, o Banco incrementou o limite máximo de captação de 50 para 55 mil milhões de EUR. O volume de captação em 2007 (55 mil milhões de EUR) foi significativamente superior ao do programa homólogo do ano anterior (48 mil milhões de EUR).

Estes resultados foram possíveis em virtude da excelente qualidade creditícia do Banco – cuja pedra angular é o apoio permanente dos seus accionistas – e da sua abordagem estratégica e pró-activa dos mercados.

Uma referência fidedigna

Neste contexto difícil, o Banco beneficiou da solidez dos seus programas de emissões de referência nas principais divisas que utiliza (EUR; GBP e USD), tendo captado 38 mil milhões de EUR (69% do total levantado), o que representa um aumento significativo em relação a 2006 (28 mil milhões de EUR, ou 59% do total). O volume de emissões nas três grandes divisas, em formato clássico e estruturado e destinadas a mercados “alvo”, também foi substancial, elevando-se a 8 mil milhões de EUR.

Volume de captação antes de swaps 2003-2007: 245 mil milhões de EUR



EUR: volume elevado e inovações

Em 2007, foram realizadas 27 transacções em EUR, tendo sido captado um total de 20 500 milhões de EUR, que representou 37,5% do programa de captação global do exercício. Foram lançadas quatro novas emissões *benchmark* denominadas em euros, ditas EARN (*Euro Area Reference Notes*), em comparação com a média de duas emissões dos últimos anos, que constituíram a principal fonte de captação por meio de emissões de referência (16 mil milhões de EUR).

O Banco continuou a ser o único emittente a complementar as obrigações de emittentes soberanos, com emissões de referência de 5 000 milhões de EUR com vencimentos entre três e 30 anos. As emissões obrigacionistas estruturadas em EUR cifraram-se em 1 400 milhões de EUR (representando praticamente 30% do total de emissões estruturadas do BEI em 2007).

¹ Um volume de 54 700 milhões captado no âmbito da autorização global de captação concedida pelo Conselho de Administração para 2007, incluindo a verba de 77 milhões de EUR levantada antecipadamente em 2006.

Uma inovação significativa, que ilustra a liderança da UE na luta contra as alterações climáticas, consistiu na Obrigação de Responsabilidade Ambiental (*Climate Awareness Bond - CAB*) lançada no formato EPOS (*European Public Offering of Securities*) – a segunda deste tipo emitida pelo BEI, uma emissão estruturada denominada em EUR que oferecia uma combinação única de características ambientais. A emissão de obrigações de responsabilidade ambiental constitui igualmente um meio de prosseguir a integração dos mercados financeiros da UE, na medida em que é a primeira oferta pública de obrigações à escala dos 27 Estados Membros, cuja difusão é facilitada pelo mecanismo de “passaporte” previsto na Directiva do Prospecto da UE² e pelo estabelecimento de um prospecto em formato EPOS.

GBP: Maior emitente no sector não “Gilt”

Em GBP, o Banco manteve a posição de maior emitente de títulos em libra esterlina, excluindo a dívida do Tesouro britânico (“Gilts”), com um saldo vivo que representava mais de 9% do volume total em finais de 2007³. Lançou 58 emissões, nas quais levantou um total de 7 500 milhões de GBP (11 mil milhões de EUR), que representaram 20,1% do programa de captação para o exercício. No decurso de 2007, o Banco lançou emissões com 13 vencimentos diferentes, e criou três novas linhas de referência ao longo da curva de rentabilidade.

USD: Maior emitente em formato global exterior aos Estados-Unidos

O BEI efectuou 28 emissões em USD, de um volume total de 19 100 milhões de USD (14 400 milhões de EUR), que representaram 26,3% do programa total para o exercício. Cinco foram emissões globais de referência no valor de

3 mil milhões de USD, que cobriam todos os principais vencimentos. Tratou-se do maior volume de sempre levantado pelo Banco num só ano por meio de emissões obrigacionistas em USD em formato global. Em 2007, verificou-se igualmente um interesse persistente por parte dos investidores pelas operações em formato não global, tendo as emissões em eurodólares atingido 2 250 milhões de USD (1 700 milhões de EUR) e as emissões estruturadas, 1 800 milhões USD (1 300 milhões de EUR).

Diversificação: reforço e aprofundamento

O Banco levantou o contravalor de 8 800 milhões de EUR em 16 divisas que não as três divisas-chave, tendo igualmente lançado emissões em formato sintético em quatro divisas adicionais. Um facto de assinalar no segmento das divisas europeias foi o reforço e a ampliação da curva de rentabilidade em coroas suecas. No segmento das divisas não europeias, o Banco reforçou a posição das suas emissões de referência em diversas outras divisas, com novas emissões em dólares australianos, dólares canadianos, ienes japoneses e dólares neo-zelandeses.

Impacto no desenvolvimento

O Banco prosseguiu a sua acção de desenvolvimento nas divisas dos novos e futuros Estados-Membros e dos países vizinhos da UE, lançando, nomeadamente, emissões em quatro divisas adicionais: leu romeno, rublos russos (emissões não sintéticas), rupias das Maurícias e cedi do Gana (emissões sintéticas). Com a primeira emissão em leu romeno, o BEI contribuiu para diversificar o mercado, oferecendo o que constituiu à data de lançamento a emissão obrigacionista com vencimento mais longo e de maior dimensão. Esta emissão foi colocada e cotada no mercado doméstico romeno, o que a tornou

² O formato EPOS (European Public Offering of Securities) foi lançado pela primeira vez em 2006 e permite que o Banco aplique a Directiva do Prospecto da UE, que estabelece um mecanismo eficaz de “passaporte” para os prospectos a publicar no caso de oferta pública de valores mobiliários nos Estados-Membros da União Europeia: Um prospecto aprovado por uma entidade competente de um Estado-Membro (“home country regulator”) pode ser utilizado noutro Estado-Membro (“host Member State”), sem que seja necessária nova aprovação (“mutual recognition”).

³ Fonte: Barclays Sterling Non-Gilt Index, 31 de Dezembro de 2007.



mais acessível e atractiva para os investidores nacionais. O Banco fez igualmente a sua estreia nas emissões em rublos russos não sintéticos, com vencimentos a cinco e a dez anos, durações invulgarmente longas para este mercado. No mercado da lira turca, lançou a maior emissão de sempre de euro-obrigações numa só *tranche* (1 000 milhões de TRY), criando uma nova referência para o mercado.

Nos mercados africanos, o Banco diversificou a sua presença, lançando 13 operações em quatro divisas, incluindo duas em que ainda não tinha emitido, no contravalor de 311 milhões de EUR. Todas estas emissões incitaram

os investidores internacionais a comprar títulos nestas divisas. A emissão do Banco em rupias das Maurícias foi a primeira de um emitente estrangeiro nesta moeda, e criou uma nova referência para o mercado. Com a primeira emissão em cedi do Gana, o Banco ofereceu uma alternativa de alta qualidade aos investidores, num mercado obrigacionista caracterizado por uma oferta muito limitada. O Banco continuou a ser um emitente de referência em rands sul-africanos e reforçou a sua presença no compartimento do pula do Botsuana, propondo um novo vencimento. Estas emissões permitiram aumentar a diversidade e o nível de actividade nestes mercados, sobretudo ao atrair a participação de investidores internacionais.

Emissões obrigacionistas assinadas e lançadas em 2007 ^(*), em comparação com 2006

(milhões de EUR)

	Antes de swaps:				Depois de swaps:			
	2007		2006		2007		2006	
EUR	20 531	37.5%	17 439	36.3%	42 766	78.1%	31 820	66.2%
BGN ^(**)	28	0.1%						
CZK			18	0.04%			18	0.04%
DKK	134	0.2%	235	0.5%	134	0.2%	235	0.5%
GBP	11 023	20.1%	8 392	17.5%	6 123	11.2%	3 067	6.4%
HUF	108	0.2%	110	0.2%	108	0.2%	97	0.2%
PLN	27	0.1%	32	0.1%	27	0.1%	32	0.1%
RON	90	0.2%						
SEK	893	1.6%	309	0.6%	403	0.7%	309	0.6%
Total UE	32 835	60%	26 535	55%	49 562	91%	35 577	74%
AUD	941	1.7%	1 840	3.8%				
BGN ^(**)			102	0.2%				
CAD	659	1.2%						
CHF	445	0.8%	703	1.5%				
HKD			101	0.2%				
ISK	261	0.5%	501	1.0%				
JPY	2 198	4.0%	1 277	2.7%				
NOK	196	0.4%	424	0.9%	63	0.1%	88	0.2%
NZD	1 344	2.5%	933	1.9%				
RUB	115	0.2%						
TRY	1 097	2.0%	1 095	2.3%				
USD	14 400	26.3%	14 225	29.6%	5 099	9.3%	12 305	25.6%
ZAR	234	0.4%	312	0.7%			80	0.2%
Total não UE	21 890	40%	21 515	45%	5 162	9%	12 473	26%
TOTAL	54 725	100%	48 050	100%	54 725	100%	48 050	100%

(*) Recursos captados no âmbito da autorização global de captação concedida pelo Conselho de Administração para 2007, incluindo a captação antecipada de 77 milhões de EUR concluída em 2006 para 2007.

(**) A Bulgária aderiu à UE a 1 de Janeiro de 2007.

Governança do BEI





Cooperação com outras entidades

Em 2007, o Banco Europeu de Investimento e a Comissão prepararam debates e decisões do Conselho referentes às prioridades de financiamento do Banco nos próximos anos. Neste contexto, o BEI participou no Conselho de Ministros (ECOFIN) e manteve um diálogo permanente com o Parlamento Europeu e as respectivas comissões. Além disso, manteve contactos regulares com órgãos consultivos como o Comité das Regiões e o Comité Económico e Social Europeu, prosseguiu as suas relações de trabalho estreitas com outras instituições financeiras internacionais e manteve um diálogo dinâmico com organizações da sociedade civil, incluindo as organizações não governamentais (ONG).

Um diálogo aberto e construtivo com os órgãos representativos dos cidadãos europeus

Em 2007, o BEI e o Parlamento Europeu continuaram a manter boas relações, que se caracterizaram pela abertura e por um diálogo produtivo e dinâmico. O Parlamento mostrou um grande interesse pelo Banco e apoiou claramente as suas actividades de financiamento. O Presidente do Banco, Philippe Maystadt, apresentou as actividades e as prioridades estratégicas do Grupo BEI perante várias comissões parlamentares, como a Comissão do Controlo Orçamental, a Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários e a Comissão da Indústria, Investigação e Energia. No último encontro, foi abordado especificamente o contributo do Banco no que toca à política energética europeia e à luta contra as alterações climáticas. Em 2007, também foram mantidos contactos a nível do pessoal das duas instituições.

O BEI esteve em estreito contacto com o Comité Económico e Social Europeu (CESE), especialmente com a “Comissão Consultiva das Mutações Industriais”, no quadro do relatório redigido por esta última sobre o tema “Inovação: Impacto sobre as mutações industriais e o papel do BEI”. A convite do Presidente da secção União Económica e Monetária e Coesão Económica e Social do CESE, o Presidente Maystadt apresentou as actividades de financiamento do Banco, sobretudo nos domínios da energia enquanto nova prioridade, da investigação e desenvolvimento, da educação e das PME.

Em Março de 2007, realizou-se a quinta edição das Jornadas “Portas Abertas” organizadas pelo Comité das Regiões, em conjunto com a DG REGIO, sobre o tema dos meios a facultar às regiões e às cidades para criar crescimento e emprego (*“Making it happen: Regions deliver growth and jobs”*). O Presidente do BEI e alguns membros do pessoal participaram nos *workshops* e grupos de trabalho sobre os “três J” (JASPERS, JEREMIE e JESSICA), o microcrédito, o conhecimento e a inovação, e as infra-estruturas de transportes, tendo o Banco também organizado e presidido a um *workshop* sobre as PPP, a partir da sua experiência e da dos Fundos Estruturais. Além disso, o Banco colaborou com a Comissão de Coesão Territorial do Comité das Regiões na redacção de um relatório sobre o efeito de alavanca dos Fundos Estruturais.

Uma cooperação estreita com a Comissão e as IFI em actividades no exterior da UE

Em 2007, o BEI prosseguiu a cooperação com diversas instituições financeiras internacionais e instituições bilaterais europeias, em especial no âmbito dos novos mandatos externos que lhe foram cometidos para as actividades no exterior da UE no período de 2007-2013. Os principais objectivos consistem em otimizar as sinergias e garantir uma partilha razoável dos riscos e uma condicionalidade coerente por sector e por projecto.

A aplicação do acordo tripartido entre a Comissão, o BERD e o Banco sobre a cooperação operacional na Rússia, nos países vizinhos do leste e na Ásia Central arrancou em 2007, com a criação de uma reserva de projectos conjunta. Na região Médio Oriente, Norte de África e margem sul do Mediterrâneo, a Sociedade Financeira Internacional (SFI) associou-se à parceria de cooperação estratégica instituída pela Comissão, o BEI e o BERD.

A actividade de financiamento do BEI nos países ACP assenta numa colaboração estreita com a Comissão Europeia e os Estados-Membros. Por exemplo, o Banco é consultado quando a Comissão elabora estratégias à escala nacional ou regional, e o seu domínio de intervenção é normalmente descrito nos documentos correspondentes. Pretende-se com estas medidas garantir a coerência e as sinergias entre a ajuda ao desenvolvimento da UE e as actividades do Banco.

A um nível mais operacional, o Banco colabora estreitamente com várias instituições europeias de financiamento do desenvolvimento (IEFD) no seio de um grupo designado por European Financing Partners (EFP). O EFP é uma estrutura *ad hoc* criada em 2004 e detida conjuntamente pelas IEFD e pelo BEI, com a finalidade de financiar principalmente projectos de média dimensão, comercialmente viáveis, realizados pelo sector privado nos países ACP. O Banco também colabora activamente em vários domínios, nomeadamente, o de projectos infra-estruturais, com a Agence

française de développement (AFD) e o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW). O Fundo Fiduciário UE-África para as Infra-Estruturas, gerido pelo BEI, visa reforçar a colaboração entre os doadores da UE e outros financiadores, com um objectivo comum: desenvolver o financiamento de projectos infra-estruturais regionais na África subsariana.

O BEI procura sistematicamente coordenar a sua acção com a dos grandes bancos multilaterais de desenvolvimento e das instituições financeiras internacionais, a fim de maximizar o impacto no desenvolvimento e evitar a duplicação de esforços, reduzindo, assim, a carga administrativa dos governos dos países beneficiários. Em 2007, o BEI assinou com o Banco Asiático de Desenvolvimento um protocolo de acordo, com o objectivo de desenvolver a cooperação entre as duas instituições nas regiões da Ásia e do Pacífico. Este protocolo de acordo define várias áreas prioritárias, incluindo as energias renováveis e a eficiência energética, em que a cooperação se centrará em projectos que contribuam para a protecção do clima e para uma redução significativa das emissões de CO₂. O BEI também é membro do Consórcio para as Infra-estruturas em África (ICA), que reúne grandes organismos multilaterais, como o Grupo Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento, bem como alguns dos maiores doadores bilaterais que intervêm em África. Em Fevereiro de 2008, o BEI organizou no Luxemburgo uma reunião de trabalho do ICA dedicada aos projectos de infra-estruturas regionais em África.



Governança e responsabilidade

Em 2006, a Comissão Europeia incumbiu o Instituto Europeu de Administração Pública, em cooperação com a Universidade de Helsínquia, a Universidade de Vaasa e a School of Governance da Universidade de Utrecht, de realizar um estudo comparativo sobre o tema das regras e normas de ética profissional para os titulares de funções públicas nos Estados-Membros da União Europeia e nas instituições comunitárias (*A Comparative Study of the Rules and Standards of Professional Ethics for the Holders of Public Office in the EU-27 and EU Institutions*)⁴.

Os resultados relativos às diversas instituições da UE, publicados em 2007, revelaram que, embora as diferentes instituições sigam as suas próprias regras e normas no que respeita ao conflito de interesses para titulares de cargos públicos, a comparação da “densidade” de regulamentação entre as seis instituições comunitárias revelou que o Banco Europeu de Investimento e a Comissão Europeia ocupam a primeira posição no que toca às questões regulamentadas, seguidos pelo Banco Central Europeu e o Tribunal de Contas Europeu. O estudo também concluiu que o Banco dispõe de uma infra-estrutura aperfeiçoada para a gestão de conflitos de interesses.

Consulta pública sobre a política do Banco em matéria de luta antifraude

Em 2007, o BEI procedeu a uma revisão da sua política, linhas de orientação e procedimentos em matéria de combate à corrupção, à fraude, ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo. Em conformidade com a política de transparência do Banco, esta revisão incluiu um processo de consulta pública, que foi lançado em Fevereiro de 2007. Esta consulta seguiu o modelo já utilizado na primeira consulta pública do BEI (relativa à política de divulgação do Banco), inspirado nos procedimentos, princípios e normas adoptados pela Comissão Europeia e por outras instituições financeiras internacionais.

A consulta pública pela Internet foi lançada em 12 de Fevereiro de 2007 com a publicação de um projecto de política e de procedimentos no sítio *web* do BEI, em inglês, francês e alemão. A consulta processou-se em duas fases: a primeira, de 12 de Fevereiro a 18 de Abril de 2007, e a segunda, de 12 de Julho a 13 de Setembro do mesmo ano. O Banco organizou ainda duas sessões públicas para debater a revisão da sua política com as partes interessadas. As reuniões foram anun-

ciadas no sítio *Web* do BEI, tendo sido enviados convites a 200 organizações e pessoas constantes da lista de envio da consulta. O processo de consulta ficou concluído em 13 de Setembro de 2007, tendo a nova política e os novos procedimentos, bem como o relatório da consulta, sido aprovados no início de 2008.

Interacção com a sociedade civil

Desde há muitos anos que o BEI se empenha em manter uma relação franca e um diálogo activo com as organizações da sociedade civil (OSC) que manifestam um interesse especial pela União Europeia e pelo BEI. No início de 2007, o Banco informou algumas OSC sobre os seus resultados em 2006, por ocasião de um encontro em Bruxelas, e também organizou dois *workshops*. O primeiro, em Paris, teve como temas “A parceria com as ONG em projectos de abastecimento de água e de saneamento nos países em desenvolvimento” e “As medidas de protecção previstas pelo BEI em matéria social e ambiental e os princípios que regem a apreciação dos projectos”. O segundo teve lugar em Lisboa, no Outono, por ocasião das Jornadas Europeias de Desenvolvimento, tendo ver-

⁴ Para mais informações sobre as questões de responsabilidade institucional, ver “Corporate Responsibility 2007”, um documento incluído no CD em anexo ao presente relatório. Também são dadas informações sobre este tema no sítio *Web* do Banco.

sado sobre o quadro de avaliação do impacto económico e social do Banco. Os programas destes encontros são estabelecidos conjuntamente pelo BEI e as OSC interessadas, incluindo a intervenção de oradores de ambas as partes.

Por último, mas não menos importante, a política de divulgação do BEI foi revista de modo a ter em conta as disposições do Regulamento 1367/2006 de Aarhus, que o BEI tem aplicado desde Junho de 2007 no que respeita ao acesso à informação, à participação do público no processo de tomada de decisões e ao acesso à justiça em matéria de ambiente.

Funções independentes de avaliação ex-post, auditoria interna e investigação de fraudes

A Inspeção-Geral reúne as duas principais funções de controlo *ex post* – a Auditoria Interna e a Avaliação das Operações (EV) – incluindo também a função de investigação de fraudes, e desempenha um papel fundamental no adequado funcionamento dos mecanismos de controlo e na melhoria das operações, assim como no que toca à transparência e à responsabilidade.

A Avaliação das Operações (EV) assegura a transparência perante os órgãos directivos do BEI e outras entidades, efectuando avaliações *ex-post* temáticas, sectoriais, regionais ou nacionais das operações financiadas pelo Grupo BEI. Este trabalho contribui para reforçar a responsabilização do Banco e incentiva-o a retirar ensinamentos da experiência passada.

Em 2007, o Conselho de Administração aprovou uma nova estratégia para a avaliação das operações, que reforça o papel desta função no seio do Grupo BEI. Foram realizadas seis avaliações:

- três relativas às operações financiadas pelo Banco nos Estados-Membros, nos domínios da saúde, da acção no âmbito dos objectivos 1 e 2 (na Alemanha, na Irlanda e na Espanha), e da investigação, desenvolvimento e inovação;

- uma relativa às operações de captação e de financiamento do Banco em rands (África do Sul), e outra relativa às actividades do Fundo Fiduciário da FEMIP;
- e uma avaliação dos mandatos confiados pelo Banco ao FEI para operações de capital de risco.

A cooperação activa com outros bancos multilaterais de desenvolvimento traduziu-se numa avaliação conjunta com o BERD e na publicação conjunta de um documento intitulado *“The Nexus between Infrastructure and Environment”*.

Além disso, em 2007, EV decidiu começar a atribuir notas ambientais às diferentes operações avaliadas, para promover a sensibilização ecológica, tendo todas obtido notas ambientais boas ou satisfatórias.

Os relatórios de avaliação revelaram como é importante determinar a sensibilidade dos promotores relativamente às questões do cumprimento da regulamentação e da ética, em especial nos casos em que o financiamento do Banco toma a forma de um empréstimo-quadro, que engloba diversas pequenas operações.

A Auditoria Interna examina e avalia a pertinência e eficácia dos sistemas de controlo interno e dos procedimentos inerentes. Também estabelece e mantém um enquadramento de controlo interno, baseado em directivas emitidas pelo Banco de Pagamentos Internacionais (BIS). Assim sendo, a Auditoria Interna analisa e verifica, num ciclo de dois a cinco anos e sob a perspectiva do risco, os controlos nos domínios críticos da actividade bancária, das tecnologias da informação e da administração.

Em conformidade com a sua política de luta anti-fraude, o BEI exige que o seu pessoal e os seus parceiros de negócios mantenham um nível máximo de ética e de eficiência em todas as actividades e operações em que participe. Além disso, nas suas actividades e operações, o BEI aplica um grau de tolerância zero relativamente à fraude, à corrupção, à colusão e à coerção (reunidas sob a designação de “práticas proibidas”), ao branqueamento de capitais e ao fi-



nanciamento do terrorismo. O Banco dispõe de uma unidade de investigação de fraudes, que investiga as alegações credíveis de práticas proibidas nas operações que financia. Para além das suas actividades de investigação normais, esta unidade organizou em 2007 o processo de consulta pública sobre a política antifraude do BEI.

Sensibilização para a conformidade

O Gabinete de Conformidade do Grupo BEI (*Office of the Group Chief Compliance Officer*, ou OCCO) provê a que o Banco e o seu pessoal cumpram todas as leis, regulamentos, códigos de conduta e melhores práticas aplicáveis, e actua como vigilante na detecção de eventuais incumprimentos das regras de ética e de integridade, verificando *ex ante* a conformidade das novas políticas, procedimentos, produtos e operações, ou de iniciativas previstas. OCCO assegura igualmente o acompanhamento das operações de financiamento e de captação em que intervenham entidades situadas em centros financeiros *offshore*.

Em colaboração com o Departamento de Recursos Humanos, OCCO iniciou em 2007 uma revisão das políticas e dos procedimentos em vigor em matéria de protecção de “denunciadores”. Este exercício foi, em parte, motivado pelo pedido feito por diversas ONG, durante a consulta pública sobre a política antifraude, no sentido de que o BEI seguisse uma política exaustiva e totalmente eficaz neste domínio. Foi organizado um exercício de sensibilização destinado ao pessoal do BEI e foi criado um grupo de trabalho para aperfeiçoar as estratégias e os procedimentos.

O Banco organizou o primeiro seminário “Compreender o branqueamento de capitais para melhor o combater e aplicar as normas internacionais” em Novembro de 2007, em Douala, nos Camarões, destinado a um grande grupo bancário africano com actividades em vários países da região. Esta iniciativa foi

Abordagem conjunta das IFD em matéria de governação

Um dos factos que marcou o ano de 2007 no que toca à governação, foi a assinatura em Washington, em Outubro, da Declaração de Abordagem relativa à governação institucional nos mercados emergentes. Os dirigentes de 31 instituições de financiamento do desenvolvimento (IFD) emitiram uma declaração conjunta em que elegiam a governação empresarial como primeira prioridade nas suas actividades em prol do desenvolvimento sustentável nos países emergentes. Esta iniciativa realça a crescente importância da boa governação empresarial como meio para facilitar os fluxos de capitais internacionais para as empresas com actividades nos mercados emergentes.

Ao assinar a declaração, o BEI reconhece a importância das boas práticas de governação empresarial para favorecer o desenvolvimento económico sustentável, assim como o papel fundamental que as IFD podem desempenhar na promoção destes valores nos mercados emergentes, tanto a nível do sector privado, como do sector público.

organizada conjuntamente pelos serviços operacionais e pelo Gabinete de Conformidade, no contexto do estabelecimento de relações com este grupo bancário, e assumiu a forma de assistência técnica para melhorar a gestão empresarial, ajudando os interessados a conhecer e a pôr em prática meios de luta contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo. O objectivo consistia em

promover o intercâmbio de experiências e garantir um verdadeiro valor acrescentado para os participantes, tendo em conta o enquadramento jurídico e as características específicas da África central. Assistiram ao seminário cerca de sessenta quadros dirigentes, incluindo directores-gerais e responsáveis de agências e de departamentos de auditoria e conformidade.

Reclamações apresentadas em 2007

O Gabinete de Reclamações do BEI tem por missão responder às preocupações dos cidadãos e das organizações da sociedade civil relativamente à forma como o Banco conduz as suas actividades. Sob a tutela directa do Secretário-Geral, assegura uma investigação centralizada e estruturada, elabora relatórios internos e externos e adopta uma abordagem reactiva e dinâmica. No tratamento de reclamações, este Gabinete privilegia a conciliação e a resolução dos problemas, tendo em vista chegar a um acordo amigável entre as partes.

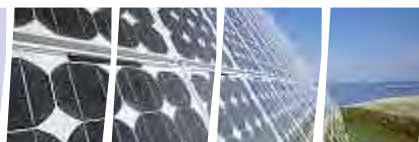
O Gabinete de Reclamações ocupa-se dos casos de má administração, ou seja, quando o Banco não age em conformidade com a legislação pertinente, ou não respeita os princípios de boa administração, ou ainda, quando viola os direitos humanos. Constituem exemplos de desrespeito dos princípios de boa administração estipulados pelo Provedor de Justiça Europeu: as irregularidades administrativas, a parcialidade, a discriminação, o abuso de poder, a falta de resposta, a recusa indevida de informações e os atrasos não justificados. Em 2007, o Gabinete tratou 27 reclamações directamente endereçadas ao Banco e quatro dirigidas ao Provedor de Justiça Europeu, reportando-se grande parte das mesmas ao impacto ambiental dos projectos financiados pelo Banco.

O BEI congratula-se com o reforço da cooperação com o Provedor de Justiça Europeu, decidida em 2007. Está a ser preparado um protocolo de acordo entre as duas instituições, que deverá ser assinado no início de 2008, e que estabelecerá de forma clara os princípios e procedimentos em que assentará a estreita cooperação entre as duas partes.

O Fundo Europeu de Investimento e a governação

Um dos pilares da política de investimento e de garantia do Fundo Europeu de Investimento, filial do BEI, consiste na promoção activa dos princípios de boa governação junto dos seus parceiros de negócios e no controlo da respectiva aplicação através de um acompanhamento no terreno. O FEI aplica igualmente nos seus investimentos as restrições usuais relativas à produção de armas, ao tabaco e à clonagem humana e impõe restrições em matéria de bioética e de OGM. O cumprimento destas restrições é controlado por uma função de conformidade independente no seio do FEI.

O FEI publicou uma declaração sobre a responsabilidade social da instituição, e a sua política nesta matéria segue as directrizes aplicadas pelo BEI. O FEI tem uma personalidade jurídica distinta da do BEI, com contratos de trabalho separados, embora as condições de emprego sejam, em termos gerais, idênticas às do BEI. O FEI adoptou uma política sobre a dignidade no trabalho segundo as mesmas linhas da do BEI e o seu código de conduta também segue os mesmos princípios dos códigos do BEI. A política de responsabilidade social institucional do FEI, o seu código de conduta e os regulamentos anexos são coordenados pela função de conformidade do FEI, criada em 2005.



“Pegada” directa e responsabilidade no trabalho

O BEI apõe a sua própria “pegada” ambiental, em particular através dos materiais que consome e dos resíduos que gera; a sua “gestão doméstica”, neste sentido, pauta-se por um sistema interno de gestão ambiental, o qual foi reforçado em 2007.

O BEI está empenhado em reduzir o impacto das suas actividades nas alterações climáticas. Para esse efeito, fixou um objectivo de redução de 20-30% das suas emissões directas de CO₂ até 2020. Para medir e controlar o seu impacto ambiental directo, o Banco aplicará as normas do protocolo sobre os gases com efeito de estufa (*GHG Protocol Initiative Standards*). O Banco definiu os limites da sua responsabilidade em matéria de “pegada de carbono” e adoptou um conjunto de medidas que visam reduzir progressivamente as suas emissões directas.

Em 2007, o BEI decidiu comprar exclusivamente electricidade produzida a partir de fontes de energia renováveis (energias hidroeléctrica e eólica e biomassa). Entre as outras medidas que adoptou para reduzir as suas emissões directas, destacam-se o incentivo à utilização de transportes públicos ou de meios de transporte não poluentes, a redução do consumo de energia e uma melhor gestão dos resíduos e dos materiais recicláveis. Para garantir o cumprimento destes objectivos, o Banco controla aten-

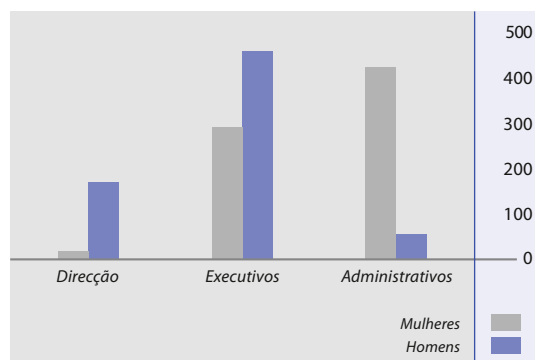
tamente os níveis das emissões e toma medidas correctivas quando necessário. As emissões residuais serão compensadas pela compra de créditos de carbono de alta qualidade.

O Banco elaborou um plano de comunicação interna, que conta com a participação de intervenientes internos e externos, destinado a sensibilizar o seu pessoal para as questões ambientais, os impactos das alterações climáticas e a importância das medidas actualmente propostas.

Responsabilidade no trabalho

Como todas as grandes instituições financeiras, o Banco vê-se confrontado com grandes alterações de ordem operacional e humana, o que o levou a reformular a sua estratégia em matéria de recursos humanos e a redefinir as prioridades em 2007. Face a essas alterações e tendo em vista manter a qualidade dos serviços administrativos, a nova estratégia baseia-se em três pilares: excelência na afectação dos recursos humanos, motivação e desenvolvimento individual, e bem-estar no trabalho.

Pessoal activo por categoria em 31/12/2007



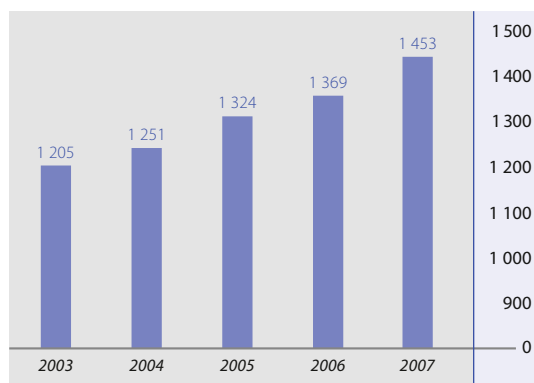
As pessoas que trabalham num ambiente internacional e multicultural estão em muitos casos muito mais vulneráveis aos inevitáveis “acidentes da vida”. Efectivamente, neste contexto, não existem muitas vezes as redes informais com as quais se pode habitualmente contar para meros conselhos práticos. Para obviar a que estas questões se tornem situações verdadeiramente problemáticas, o Departamento de Recursos Humanos elaborou e pôs ao dispor dos membros do seu pessoal e das suas famílias um programa de assistência ao pessoal (PAP). O PAP foi lan-

çado em Setembro de 2007 e é conduzido por uma empresa externa. Oferece um serviço de acompanhamento psicológico em situações relacionadas com problemas pessoais, relacionais, emocionais ou profissionais, assim como conselhos práticos sobre questões familiares, de dependência, jurídicas, financeiras ou de habitação. O contacto com o PAP é essencialmente feito por via telefónica, mas para problemas mais graves, pode tomar a forma de entrevista directa, mediante marcação. A assistência prestada ao pessoal é estritamente confidencial, e o requerente pode manter o anonimato, se assim o desejar.

Representação do pessoal

As questões relativas ao pessoal são tratadas por meio de consultas entre o Departamento de Recursos Humanos (RH) e os representantes do pessoal, secundadas por grupos de trabalho e por comités paritários. O actual Colégio de Representantes do Pessoal foi eleito em Março de 2007. Os representantes do pessoal intervêm nos debates relativos à aplicação de reformas no que toca aos salários e à avaliação do desempenho individual, participando também activamente na revisão do sistema de pensões de reforma do pessoal do Banco.

Pessoal do BEI



De um modo mais geral, os representantes do pessoal são periodicamente consultados sobre questões que afectam o bem-estar do pessoal, quer nas reuniões mensais com a direcção de RH, quer em comissões *ad hoc*, quer ainda em reuniões de consulta especiais. Por exemplo, participaram na revisão das condições de trabalho nos gabinetes exteriores do BEI e também contribuíram com muitas ideias para o sistema interno de gestão ambiental, que visa reduzir as emissões de carbono do BEI.

Igualdade de oportunidades

O Comité Paritário para a Igualdade de Oportunidades entre homens e mulheres (COPEC) vela pela execução da política de igualdade de oportunidades em termos de carreira, recrutamento, formação e infra-estruturas sociais. Na sequência de uma análise global da situação do Banco em matéria de igualdade de géneros, conduzida por um consultor externo independente em 2006, o BEI alargou a sua abordagem, alinhando-a com a tendência mundial, de passar das meras questões de género para uma perspectiva mais vasta da diversidade. Esta abordagem dará um maior apoio à aplicação da nova estratégia operacional do Banco, que implica sair dos parâmetros tradicionais para explorar *pools* de candidatos diversificados, métodos de trabalho originais e novos perfis de competências. A diversidade e a igualdade são entendidas como imperativos na condução das actividades e como componentes da responsabilidade social e ética do BEI. Em 2007, o Banco começou a actualizar e a desenvolver os pilares da sua estratégia em matéria de igualdade de géneros e de diversidade, assim como o plano de acção correspondente, instaurando um sistema de acompanhamento para o Grupo BEI.



Órgãos estatutários do BEI



O Comité Executivo

O **Conselho de Governadores**, que se compõe dos ministros designados por cada um dos 27 Estados-Membros (em geral, os ministros das Finanças), define as directivas gerais relativas à política de crédito, aprova as contas e o balanço anuais e decide dos financiamentos do Banco no exterior da União e dos aumentos de capital. Também nomeia os membros do Conselho de Administração, do Comité Executivo e do Comité de Fiscalização.

O **Conselho de Administração** tem competência exclusiva para decidir da concessão de empréstimos e garantias e da captação de fundos. Além de controlar a boa administração do Banco, garante a conformidade da respectiva gestão com as disposições do Tratado e dos Estatutos e com as directivas gerais fixadas pelo Conselho de Governadores. Os seus membros são nomeados pelo Conselho de Governadores, por um período de cinco anos, renovável, após designação pelos Estados-Membros, e são responsáveis unicamente perante o Banco.

O Conselho de Administração compõe-se de 28 administradores titulares, designando cada um dos Estados-membros e a Comissão Europeia um administrador. O número de suplentes é de 18, pelo que

foi necessário proceder a agrupamentos de Estados para estas funções.

Além disso, a fim de alargar a competência profissional disponível no Conselho de Administração em certos domínios, este Conselho pode cooptar um máximo de seis peritos (três titulares e três suplentes), que têm funções meramente consultivas, sem direito de voto.

As decisões são tomadas por um terço, pelo menos, dos membros com direito de voto e que representam pelo menos 50 % do capital subscrito.

O **Comité Executivo** é o órgão executivo colegial e permanente do BEI, composto por nove membros que, sob a autoridade do Presidente e sob a supervisão do Conselho de Administração, assegura a gestão dos assuntos correntes do Banco e recomenda a este Conselho decisões, garantindo subsequentemente a respectiva execução. O Presidente do Banco preside às reuniões do Comité Executivo. Os membros do Comité Executivo são responsáveis unicamente perante o Banco, e são nomeados pelo Conselho de Governadores, sob proposta do Conselho de Administração, por um período de seis anos, podendo ser reconduzidos nas suas funções.

As disposições que regem os órgãos estatutários constam dos Estatutos e do Regulamento Interno do Banco. A respectiva composição, o curriculum vitae dos seus membros e certas informações complementares sobre as modalidades de remuneração são regularmente actualizados e publicados no sítio Web do BEI: www.eib.org.



O Comité de Fiscalização

Nos termos dos Estatutos do Banco, o Presidente preside igualmente ao Conselho de Administração.

O **Comité de Fiscalização** é um órgão independente, directamente responsável perante o Conselho de Governadores, encarregado de verificar a regularidade das operações e dos livros do Banco. Aquando da aprovação das demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração, o Comité de Fiscalização emite uma declaração sobre as mesmas. Os relatórios

do Comité de Fiscalização sobre os resultados do seu trabalho no ano anterior são enviados ao Conselho de Governadores juntamente com o relatório anual do Conselho de Administração.

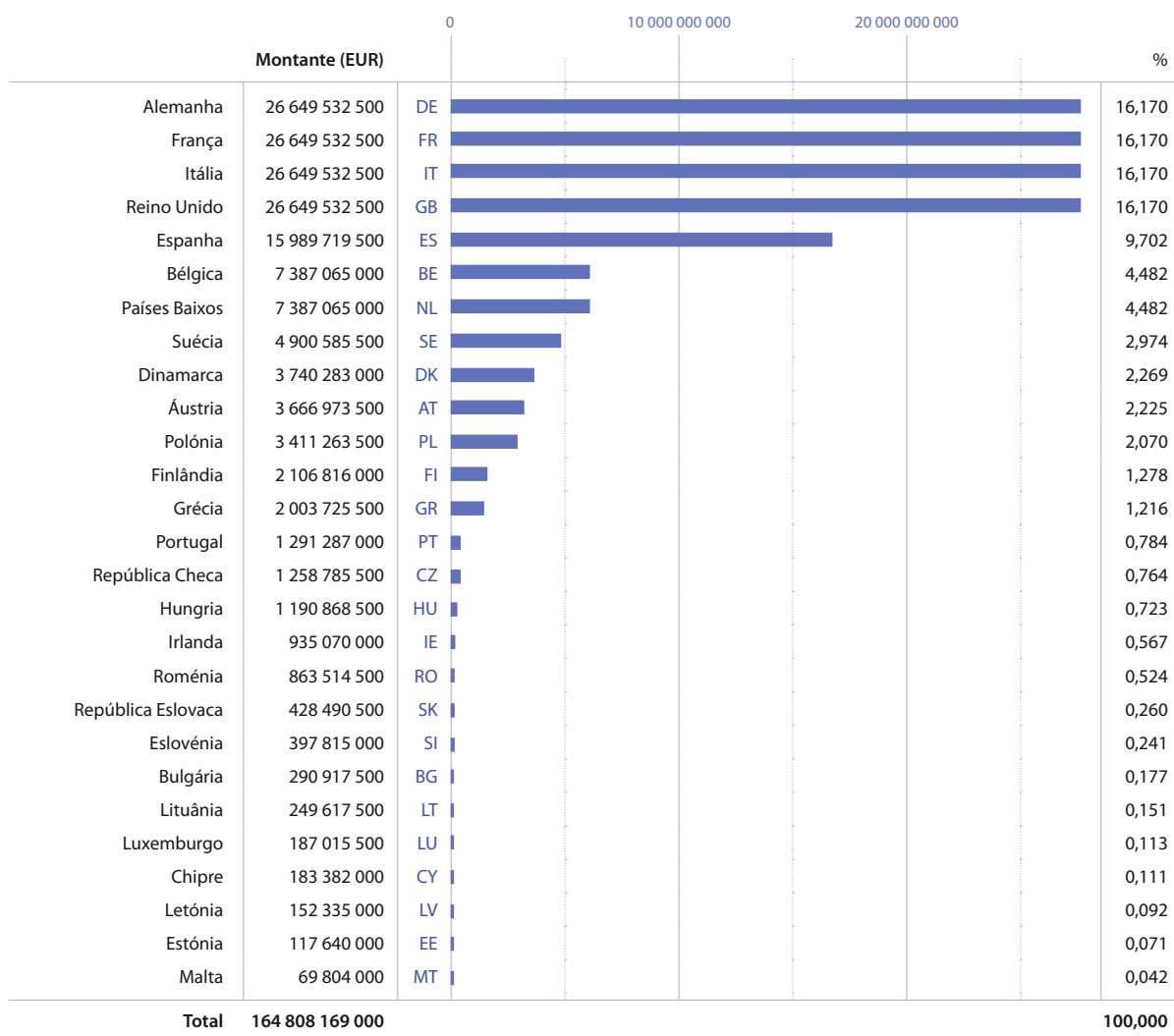
O Comité de Fiscalização compõe-se de três membros e de três observadores, nomeados pelo Conselho de Governadores por um período de três anos.

Capital : a participação dos Estados-membros no capital do BEI baseia-se no peso económico de cada Estado na União Europeia (expresso em termos de PIB) quando da respectiva adesão à União Europeia. Na sequência da adesão da Bulgária e da Roménia em 1 de Janeiro de 2007, os Estatutos do BEI foram alterados no que respeita ao capital e à governação do Banco. Nos termos dos Estatutos, a responsabilidade total decorrente dos empréstimos e das garantias concedidos pelo Banco não deve exceder 250% do montante do capital subscrito.

O capital subscrito do Banco ascende a mais de 164 800 milhões de EUR.



Composição do capital do BEI em 1 de Janeiro de 2007



O Comité Executivo do BEI

A direcção colegial do Banco e as responsabilidades tutelares dos seus membros
Em 1 de Junho de 2007

Philippe MAYSTADT
Presidente do Banco e do Conselho de Administração



Philippe MAYSTADT *Presidente do Banco e do Conselho de Administração*

- ⇒ Estratégia geral
- ⇒ Assuntos institucionais e relações com as restantes Instituições Europeias
- ⇒ Relatórios do Inspector-Geral, do Controlador Financeiro e do Chefe do Gabinete de Conformidade
- ⇒ Recursos humanos
- ⇒ Comunicação interna
- ⇒ Política de igualdade de oportunidades ; Presidente do Comité Paritário para a Igualdade de Oportunidades (COPEC)
- ⇒ Presidente do Conselho de Administração do FEI
- ⇒ Presidente do Comité Orçamental

Philippe de FONTAINE VIVE CURTAZ
Vice-Presidente



Torsten GERSFELT
Vice-Presidente



Philippe de FONTAINE VIVE CURTAZ *Vice-Presidente*

- ⇒ Financiamentos em França e nos Países Parceiros Mediterrânicos
- ⇒ Financiamento das PME
- ⇒ Parceria com o sector bancário
- ⇒ Comunicação externa
- ⇒ Transparência e política de informação
- ⇒ Relações com as ONG
- ⇒ Membro do Conselho de Administração do FEI

Simon BROOKS
Vice-Presidente



Carlos da SILVA COSTA
Vice-Presidente



Torsten GERSFELT *Vice-Presidente*

- ⇒ Financiamentos nos Países Baixos, na Dinamarca, na Irlanda, nos Estados ACP e na África do Sul
- ⇒ Assuntos energéticos
- ⇒ Estudos sectoriais, económicos e financeiros
- ⇒ Presidente do Comité de Artes

Simon BROOKS *Vice-Presidente*

- ⇒ Financiamentos no Reino Unido
- ⇒ Protecção do ambiente
- ⇒ Auditorias interna e externa e relações com o Comité de Fiscalização
- ⇒ Controlo da conformidade
- ⇒ Relações com o Tribunal de Contas Europeu
- ⇒ Relações com o Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF) e com o Provedor de Justiça Europeu
- ⇒ Edifícios, ambiente de trabalho e logística

Matthias KOLLATZ-AHNEN
Vice-Presidente



Eva SREJBER
Vice-Presidente



Carlos da SILVA COSTA *Vice-Presidente*

- ⇒ Financiamentos em Espanha, na Bélgica, em Portugal, no Luxemburgo, na América Latina e na Ásia
- ⇒ Aspectos jurídicos das operações e dos produtos
- ⇒ Finanças
- ⇒ Membro do Comité de Artes

Matthias KOLLATZ-AHNEN *Vice-Presidente*

- ⇒ Financiamentos na Alemanha, na Áustria e na Roménia, na Croácia e na Turquia
- ⇒ Coesão económica e social ; Convergência
- ⇒ Iniciativa JASPERS (Joint Assistance in Supporting Projects for European Regions)
- ⇒ Gestão dos riscos de crédito, de mercado e operacional
- ⇒ Membro do Comité de Subvenções

Marta GAJECKA
Vice-Presidente



Dario SCANNAPIECO
Vice-Presidente



Eva SREJBER *Vice-Presidente*

- ⇒ Financiamentos na Suécia, na Finlândia, na Lituânia, na Letónia, na Estónia, nos países vizinhos do Leste, na Rússia e nos países da EFTA
- ⇒ Programa "i2i" (implementação da Estratégia de Lisboa), incluindo o RSFF (Instrumento de Financiamento com Partilha de Riscos)
- ⇒ Avaliação *ex-post* das operações
- ⇒ Tecnologias da Informação
- ⇒ Presidente do Comité de Subvenções

Marta GAJECKA *Vice-Presidente*

- ⇒ Financiamentos na Polónia, na República Checa, na Hungria, na Eslováquia, na Eslovénia e na Bulgária
- ⇒ Redes Transeuropeias de transportes e de energia
- ⇒ Responsabilidade institucional
- ⇒ Vice-Governadora do BERD

Dario SCANNAPIECO *Vice-Presidente*

- ⇒ Financiamentos na Itália, na Grécia, em Chipre, em Malta e nos Balcãs Ocidentais
- ⇒ Instrumento de Financiamento Estruturado (IFE)
- ⇒ Orçamento
- ⇒ Contabilidade
- ⇒ Governador do BERD

Organigrama

► Departamento → Divisão Gabinete exterior

(em 1 de Junho de 2007)



Secretariado-Geral e Assuntos Jurídicos

Alfonso QUEREJETA
Secretário-Geral e Director-Geral dos Assuntos Jurídicos

- **Assuntos institucionais**
Dominique de CRAYENCOUR
Director
 - Guido PRUD'HOMME
 - Ferdinand SASSEN

- Órgãos Directivos, Secretariado e Protocolo
Hugo WOESTMANN
Director
- Serviços Linguísticos
Kenneth PETERSEN

Assuntos Jurídicos

- **Assuntos Comunitários e Financeiros; Financiamentos no Exterior da Europa**



Marc DUFRESNE
Director-Geral adjunto dos Assuntos Jurídicos

- Jean-Philippe MINNAERT
Delegado para a Protecção de Dados
- Assuntos Financeiros
Nicola BARR
Director associado
- Assuntos Institucionais e de Pessoal
Carlos GÓMEZ DE LA CRUZ
- Mediterrâneo (FEMIP), África, Caraíbas e Pacífico – Facilidade de Investimento, América Latina e Ásia
Regan WYLIE-OTTE
Directora associada

- **Financiamentos na Europa**

- Gerhard HÜTZ**
Director
- Gian Domenico SPOTA
 - Política Operacional e Novos Instrumentos Financeiros
José María FERNÁNDEZ MARTÍN
 - Mar Adriático e Europa de Sudeste
Manfredi TONCI OTTIERI
Director associado
 - Reino Unido, Irlanda, Países Bálticos, Dinamarca, Finlândia, Suécia e Países da EFTA
Patrick Hugh CHAMBERLAIN
Director associado
 - França, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo
Pierre ALBOUZE
 - Europa Central, Polónia, Rússia e Países Vizinhos do Leste
...
 - Espanha e Portugal
Ignacio LACORZANA
 - Maria SHAW-BARRAGAN



Direcção-Geral da Estratégia

Rémy JACOB
Director-Geral
Controlador Financeiro e Director dos Sistemas de Informação

- Luis BOTELLA MORALES
Director

- *Controlo Financeiro*
Frank TASSONE
- *Gestão dos Recursos e Coordenação*
Geneviève DEWULF

- **Estratégia e Controlo de Gestão**

Jürgen MOEHRKE
Director

- Grupo de trabalho "Reforma dos Métodos e Processos"
Theoharry GRAMMATIKOS
Director associado
- Grupo de trabalho "IFRS" (Normas Internacionais de Relato Financeiro)
Henricus SEERDEN

- *Estudos Económicos e Financeiros*
Éric PERÉE
Director associado
- *Orçamento, Controlo analítico e Parcerias*
Janette FOSTER
- *Estratégia e Procedimentos*
Claudio PASQUI
- *Política de Responsabilidade Institucional*
Felismino ALCARPE

- **Comunicação**

Gill TUDOR
Porta-Voz e Directora

- *Gabinete de Imprensa*
...
- *Informação do Público e Relações com a Sociedade Civil*
Yvonne BERGHORST

Gabinetes de Informação

- Gabinete de Paris
Henry MARTY-GAUQUIÉ
Director
- Gabinete de Londres
Adam McDONAUGH
- Gabinete de Berlim
Paul Gerd LÖSER
- Gabinete de Roma
...
- Gabinete de Madrid
Mercedes SENDÍN DE CÁCERES
- Gabinete de Bruxelas
Nicholas ANTONOVICS

Organigrama

► Departamento → Divisão  Gabinete exterior

(em 1 de Junho de 2007)

► Tecnologias da Informação

Derek BARWISE
Director

- *Infra-estruturas e Tecnologias*
...
- *Aplicações Operações Financeiras e Empréstimos*
Jean-Yves PIRNAY
- *Aplicações Administrativas e de Gestão do Risco*
Simon NORCROSS

► Edifícios, Logística e Documentação

Patricia TIBBELS
Directora

- *Task Force* Novo Edifício
Enzo UNFER
- *Gestão do Ambiente de Trabalho*
Enzo UNFER (*ad interim*)
- *Compras e Serviços Administrativos*
Gudrun LEITHMANN-FRÜH
- *Gestão dos Documentos e dos Arquivos*
...



Direcção de Operações na União Europeia e nos Países Candidatos

Thomas HACKETT
Director-Geral

► Apoio às Operações

Simon BARNES
Coordenador Operacional principal

- *Coordenação*
Dietmar DUMLICH
• Ann-Louise AKTIV VIMONT
- *Sistemas de Informação e Aplicações*
Thomas FAHRTMANN
- *Apoio às Actividades de Financiamento*
Bruno DENIS

JESSICA

Eugenio LEANZA
• Gianni CARBONARO

► Instrumentos da Acção para o Crescimento

Thomas BARRETT
Director

- *Redes Trans europeias*
Jukka LUUKKANEN
• Ale Jan GERCAMA
- *Economia do Conhecimento (i2i)*
Heinz OLBERS
- *Ambiente, Energia e Actividades de Consultoria*
Christopher KNOWLES
Director associado
• Andrew VINCE

► Europa Ocidental

Laurent de MAUTORT
Director

- *i2i e Empresas*
Robert SCHOFIELD
- *Financiamentos estruturados*
Cheryl FISHER
Directora associada
- *Sector Público e Serviços Colectivos*
Jean-Christophe CHALINE
- *Implementação*
Peter JACOBS

► Espanha e Portugal

Carlos GUILLE
Director

- *Espanha – Infra-Estruturas*
Luca LAZZAROLI
- *Espanha – Bancos e Empresas*
Fernando de la FUENTE
Director associado
 Gabinete de Madrid
Angel FERRERO
- *Portugal*
Miguel MORGADO
 Gabinete de Lisboa
Manuel NETO PINTO
- *Implementação*
Rui Artur MARTINS

► Europa Central

Joachim LINK
Director

- *Alemanha – Infra-estruturas, Energia e Bancos de Fomento Económico*
Peggy NYLUND GREEN
Directora associada
- *França – Bancos e Empresas*
Anita FUERSTENBERG-LUCIUS
- *Áustria, República Checa, Hungria e Eslováquia – Infra-estruturas e Bancos de Fomento Económico*
Jean VRLA
- *Áustria, República Checa, Hungria e Eslováquia – Bancos e Empresas*
Paolo MUNINI

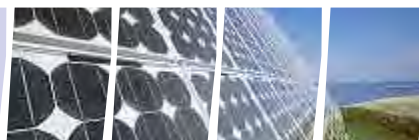
 Gabinete de Viena
Emanuel MARAVIC
Director

► Mar Adriático

Romualdo MASSA BERNUCCI
Director

- Luigi MARCON
- *Itália e Malta – Infra-Estruturas*
Antonello RICCI
• Flavio SCHIAVO CAMPO de GREGORIO
- *Itália e Malta – Bancos e Empresas*
Marguerite McMAHON
- *Eslovénia, Croácia e Balcãs Ocidentais*
Dominique COURBIN

Organigrama



► Departamento → Divisão  Gabinete exterior

(em 1 de Junho de 2007)

► Europa de Sudeste





Andreas VERYKIOS
Director-Geral adjunto

- *Grécia*
Themistoklis KOUVARAKIS
 Gabinete de Atenas
Fotini KOUTZOUKOU
- *Bulgária, Roménia e Chipre*
Cormac MURPHY
 Gabinete de Bucareste
Götz VON THADDEN
- *Turquia*
Franz-Josef VETTER
 - **Hakan LUCIUS**
 Gabinete de Ancara
 - ...
 -  Gabinete de Istambul
Alain TERRAILLON

► Mar Báltico

Tilman SEIBERT
Director

- *Polónia*
Kim KREILGAARD
 Gabinete de Varsóvia
Michal LUBIENIECKI
- *Países Bálticos, Dinamarca, Finlândia, Suécia e Países da EFTA*
Michael O'HALLORAN
 Gabinete de Helsínquia
Jaani PIETIKAINEN



Direcção de Operações no Exterior da União Europeia e dos Países Candidatos

Jean-Louis BIANCARELLI
Director-Geral

- **Matthias ZÖLLNER**
Consultor da Direcção para as Actividades em matéria de Alterações Climáticas

- *Serviço de Consultoria para as Questões Económicas de Desenvolvimento*
Daniel OTTOLENGHI
Economista-Chefe para o Desenvolvimento
Director associado
- **Bernard ZILLER**


► Países Vizinhos e Parceiros da Europa

Claudio CORTESE
Director

- **Alain NADEAU**

- *Magrebe*
Bernard GORDON
 -  Gabinete de Rabat
René PEREZ
 -  Gabinete de Túnis
Diederick ZAMBON

- *Próximo Oriente*
Javier GUTIÉRREZ DEGENÈVE


-  Gabinete do Cairo
Jane MACPHERSON

- *Europa Oriental, Cáucaso Meridional e Rússia*
Constantin SYNADINO
 - **Umberto DEL PANTA**

- *Operações Especializadas*
Jean-Christophe LALOUX

► África, Caraíbas e Pacífico – Facilidade de Investimento

Martin CURWEN
Director

- *África Ocidental e Sahel*
Gustaaf HEIM
 Gabinete de Dacar
Jack REVERSADE

- *África Central e Oriental*
Flavia PALANZA
Directora associada
 Gabinete de Nairobi
Carmelo COCUZZA

- *África Austral e Oceano Índico*
Serge-Arno KLÜMPER
 - **Angela JENNI**
 Gabinete de Tshwane (Pretória)
David WHITE

- *Caraíbas e Pacífico*
David CRUSH
 Gabinete de Fort-de-France
Anthony WHITEHOUSE
 Gabinete de Sydney
Jean-Philippe DE JONG

- *Recursos e Desenvolvimento*
Tassilo HENDUS
Director associado
- *Gestão da Carteira e Estratégia*
Catherine COLLIN

► América Latina e Ásia

Francisco de PAULA COELHO
Director

- *América Latina*
Alberto BARRAGAN
- *Ásia*
Philippe SZYMCAK



Gestão e Reestruturação das Operações

Klaus TRÖMEL
Director

- *Acompanhamento e Análise das Contrapartes e dos Contratos*
Stefano BOTTANI
- *Reestruturação, Refinanciamento e Reorganização das Operações*
Volkmar BRUHN-LÉON

Organigrama

► Departamento → Divisão  Gabinete exterior

(em 1 de Junho de 2007)



Direcção de Finanças

Bertrand de MAZIÈRES
Director-Geral

→ *Coordenação e Políticas Financeiras*
Éric LAMARCO

► Mercado de Capitais

Barbara BARGAGLI PETRUCCI
Directora

- *Euro*
Carlos FERREIRA DA SILVA
 - **Aldo ROMANI**
- *Europa (excluindo o euro) e África*
Richard TEICHMEISTER
 - **Thomas SCHROEDER**
- *Américas, Ásia e Pacífico*
Eila KREIVI
 - **Sandeep DHAWAN**
- *Relações com os Investidores e Marketing*
Peter MUNRO

► Tesouraria

Anneli PESHKOFF
Directora

- *Gestão da Liquidez*
Francis ZEGHERS
 - **Timothy O'CONNELL**
- *Gestão Activo/Passivo*
Jean-Dominique POTOCKI
 - **Nicola SANTINI**
- *Gestão da Carteira*
Paul ARTHUR
- *Engenharia Financeira e Serviços de Consultoria*
Guido BICHISAO

► Previsão e Liquidação das Operações

Elisabeth MATIZ
Directora

- *Back-office Empréstimos e Apoio Operacional Empréstimos*
Ralph BAST
- *Back-office Tesouraria*
Cynthia LAVALLÉ
- *Back-office Emissões*
Antonio VIEIRA
- *Sistemas e Procedimentos*
Lorenzo CICCHELLI



Direcção de Projectos

Grammatiki TSINGOU-PAPADOPETROU
Directora-Geral

→ *Desenvolvimento sustentável*

Peter CARTER
Director associado

• *Gestão dos Recursos*
Béatrice LAURY

- *Gestão da Qualidade*
Maj THEANDER
- *Apoio ao Desenvolvimento e à Realização dos Projectos*
Hugh GOLDSMITH

► Inovação e Competitividade

Constantin CHRISTOFIDIS
Director

- *Indústrias Transformadoras e outras Indústrias (I&D)*
Gunnar MUENT
- *TIC e Economia Digital*
Harald GRUBER
- *Capital Humano*
John DAVIS
 - **Maria Luisa FERREIRA**
- *Serviços e PME, Agro-Indústria (incluindo Biocombustíveis)*
Hans-Harald JAHN
 - **Pedro OCHOA**
 - **Rüdiger SCHMIDT**
 - **Campbell THOMSON**

► Transportes e Energia

Christopher HURST
Director

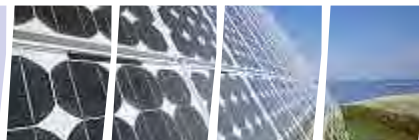
- **Nigel HALL**
- *Estradas e Caminhos-de-Ferro*
Matthew ARNDT
- *Ar e Mar*
José Luis ALFARO
Director associado
 - **Klaus HEEGE**
- *Produção e Redes de Energia*
François TREVoux
 - **Heiko GEBHARDT**
 - **Josef WELTERMANN**
- *Eficiência Energética e Energias Renováveis*
Juan ALARIO
Director associado

► Convergência e Ambiente

Guy CLAUSSE
Director

- *Água e Protecção do Ambiente*
José FRADE
Director adjunto
 - **Michel DECKER**
- *Empréstimos-Programas*
Eugenia KAZAMAKI-OTTERSTEN
- *Transportes Urbanos e outras Infra-Estruturas Urbanas*
Mateo TURRÓ CALVET
Director associado
 - **Mario AYMERICH**

A composição dos serviços e o curriculum vitae dos directores-gerais e dos responsáveis das unidades de controlo, assim como certas informações complementares sobre as modalidades de remuneração do conjunto do pessoal do BEI, são regularmente actualizados e publicados no sítio Web do www.eib.org



► Departamento → Divisão  Gabinete exterior




(em 1 de Junho de 2007)

- *Projectos de Desenvolvimento, Novas Iniciativas, Resíduos Sólidos*
Stephen WRIGHT
 Director associado
- Eberhard GSCHWINDT
 - Philippe GUINET

► JASPERS

Patrick WALSH
 Director

Agustin AURÍA
 Director adjunto

-  Gabinete de Viena
Axel HÖRHAGER
-  Gabinete de Bucareste
Nicos YIAMBIDES
-  Gabinete de Varsóvia
Michael MAJEWSKI



Direcção de Gestão do Risco

Pierluigi GILBERT
 Director-Geral

- *Coordenação e Apoio*
Juliette LENDARO
 • Pierre TYCHON

► Risco de Crédito

Per JEDEFORS
 Director

- *Empresas, Sector Público e Infra-Estruturas*
Stuart ROWLANDS
 Director associado
- *Project Finance e Financiamentos Estruturados*
Paolo LOMBARDO
- *Instituições Financeiras e Operações de Titularização*
Per de HAAS (em exercício)

► Risco Financeiro e Operacional

Alain GODARD
 Director

- *GAP e Gestão do Risco de Mercado*
Giancarlo SARDELLI
 • Vincent THUNUS
- *Produtos Derivados*
Luis GONZÁLEZ-PACHECO
- *Risco Operacional*
Antonio ROCA IGLESIAS



Inspecção-Geral

Jan Willem van der KAAIJ
 Inspector-Geral

- Unidade de investigação de fraudes
Siward de VRIES

- *Auditoria Interna*
Ciaran HOLLYWOOD
- *Avaliação das Operações*
Alain SÈVE
 Director associado
- Gavin DUNNETT
 - Rainer SAERBECK
 - Werner SCHMIDT



Gabinete de Conformidade do Grupo BEI

Konstantin J. ANDREOPOULOS
 Chefe do Gabinete de Conformidade

- Francesco MANTEGAZZA
 Chefe adjunto



Recursos Humanos

Michel GRILLI
 Director

- Jean-Philippe BIRCKEL
- *Administração e Sistemas de Gestão*
 ...
- Catherine ALBRECHT
- *Recursos*
Luis GARRIDO
- *Comunicação Interna*
Alain JAVEAU

Barbara BALKE
 Directora adjunta

- *Desenvolvimento do Pessoal e Gestão da Organização*
 ...
- Ute PIEPER-SECKELMANN
- *Bem-estar no Trabalho e Equilíbrio Vida Profissional/Vida Privada*
René CHRISTENSEN

Representação no Conselho de Administração do Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento



Terence BROWN
 Administrador representante do BEI



Walter CERNOIA
 Administrador suplente

Órgãos estatutários do FEI

O FEI é dirigido e administrado pelos três órgãos seguintes :

- ⇒ A Assembleia Geral dos accionistas (BEI, União Europeia e 31 instituições financeiras), que se reúne pelo menos uma vez por ano;
- ⇒ O Conselho de Administração, que se compõe de sete membros titulares e sete suplentes e que, entre outras funções, decide das operações do Fundo;
- ⇒ o Director-Geral, que assegura a gestão do Fundo em conformidade com as disposições dos Estatutos e com as orientações e os princípios gerais adoptados pelo Conselho de Administração.

As contas do FEI são fiscalizadas por um Conselho Fiscal composto por três revisores de contas nomeados pela Assembleia Geral, assim como por auditores externos independentes.

Os dados sobre os órgãos estatutários do FEI (composição, curriculum vitae dos respectivos membros e modalidades de remuneração) e sobre os serviços (composição, curriculum vitae dos directores-gerais e dos directores e modalidades de remuneração do pessoal) são regularmente actualizados e publicados no sítio Web do FEI: www.eif.org

Direcção e pessoal-chave do FEI

em 25/04/2008

Director-Geral

Richard PELLY

Director-Geral adjunto

Jean-Marie MAGNETTE

► JEREMIE

- | | |
|-----------------|-------------------|
| → Chefe | ⇒ Marc SCHUBLIN |
| → Chefe adjunto | ⇒ Hubert COTTOGNI |
| → Pessoal-chave | ⇒ Alexander ANDÒ |
| | ⇒ Graham COPE |

► Gestão e Controlo do Risco

- | | |
|-----------------|------------------------|
| → Chefe | ⇒ Thomas MEYER |
| → Pessoal-chave | ⇒ Helmut KRAEMER-EIS |
| | ⇒ Pierre-Yves MATHONET |

Secretário-Geral

Robert WAGENER

► Serviço Jurídico

- | | |
|---------|-----------------|
| → Chefe | ⇒ Maria LEANDER |
|---------|-----------------|

► Conformidade

- | | |
|---------|---------------|
| → Chefe | ⇒ Jobst NEUSS |
|---------|---------------|

► Assuntos Institucionais e Finanças

- | | |
|-----------------|---|
| → Chefe | ⇒ Frédérique SCHEPENS |
| → Pessoal-chave | ⇒ Petra de BRUXELLES -
Recursos Humanos |
| | ⇒ Marceline HENDRICK -
Contabilidade |
| | ⇒ Delphine MUNRO -
Marketing e Comunicação |
| | ⇒ John PARK - TIC |

Director, Investimentos

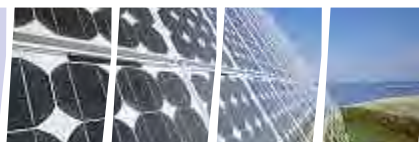
John A. HOLLOWAY

► Capital de Risco

- | | |
|-------------------|--------------------------|
| → Chefes | ⇒ Jean-Philippe BURCKLEN |
| | ⇒ Jacques DARCY |
| → Chefes adjuntos | ⇒ Ulrich GRABENWARTER |
| | ⇒ Matthias UMMENHOFER |
| → Pessoal-chave | ⇒ David WALKER |
| | ⇒ Christine PANIER |

► Garantias e Titularização

- | | |
|-----------------|---------------------|
| → Chefe | ⇒ Alessandro TAPPI |
| → Chefe adjunta | ⇒ Christa KARIS |
| → Pessoal-chave | ⇒ Per-Erik ERIKSSON |
| | ⇒ Gunnar MAI |



Projectos que podem ser financiados pelo Grupo BEI

Na União Europeia, o BEI financia projectos que contribuam para um ou mais dos seguintes objectivos:

- ⇒ reforço da coesão económica e social: apoio ao investimento em todos os sectores da economia, com vista a favorecer o desenvolvimento económico das regiões menos favorecidas;
- ⇒ promoção de investimentos que contribuam para o desenvolvimento de uma sociedade baseada no conhecimento e na inovação;
- ⇒ melhoria das infra-estruturas e serviços nos domínios da educação e da saúde, componentes cruciais da formação de capital humano;
- ⇒ desenvolvimento de infra-estruturas de interesse comunitário no domínio dos transportes, das telecomunicações e do transporte de energia;
- ⇒ preservação do ambiente e melhoria da qualidade de vida;
- ⇒ segurança do aprovisionamento energético por meio da utilização racional, do aproveitamento dos recursos endógenos (incluindo as energias renováveis) e da diversificação das importações;

O Grupo BEI contribui para o desenvolvimento das PME, melhorando as suas condições financeiras por meio de:

- ⇒ linhas de crédito de médio e longo prazo do BEI;
- ⇒ operações de capital de risco do FEI;
- ⇒ garantias do FEI em favor das PME.

Nos **Países Candidatos e Parceiros**, o Banco participa na implementação das políticas da União de cooperação e de ajuda ao desenvolvimento, intervindo:

- ⇒ nos países candidatos e potenciais candidatos do sudeste europeu, nos quais contribui para os objectivos do Pacto de Estabilidade, centrando as intervenções, não só na reconstrução das infra-estruturas de base e em projectos de âmbito regional, mas também no desenvolvimento do sector privado;
- ⇒ nos países terceiros mediterrânicos, para promover a realização dos objectivos da Parceria Euromediterrânica, na perspectiva da criação de uma zona de comércio livre até 2010;
- ⇒ nos Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP), na África do Sul e nos Países e Territórios Ultramarinos (PTU), para fomentar o desenvolvimento das infra-estruturas de base e do sector privado local;
- ⇒ na América Latina e na Ásia, para financiar projectos de interesse mútuo para a União e os países interessados.

Endereços do Grupo BEI



Banco Europeu de Investimento

www.eib.org - info@eib.org

100, boulevard Konrad Adenauer
L-2950 Luxembourg

(+352) 43 79 1
 (+352) 43 77 04

Gabinetes exteriores:

Alemanha

Lennéstraße 11
D-10785 Berlin
 (+49-30) 59 00 47 90
 (+49-30) 59 00 47 99

Áustria

Mattiellstraße 2-4
A-1040 Wien
 (+43-1) 505 36 76
 (+43-1) 505 36 74

Bélgica

Rue de la loi 227 / Wetstraat 227
B-1040 Bruxelles / Brussel
 (+32-2) 235 00 70
 (+32-2) 230 58 27

Espanha

Calle José Ortega y Gasset, 29, 5º
E-28006 Madrid
 (+34) 914 31 13 40
 (+34) 914 31 13 83

Finlândia

Fabianinkatu 34
PL 517
FI-00101 Helsinki
 (+358) 106 18 08 30
 (+358) 92 78 52 29

França

21, rue des Pyramides
F-75001 Paris
 (+33-1) 55 04 74 55
 (+33-1) 42 61 63 02

Grécia

1, Herodou Attikou & Vas. Sofias Ave
GR-106 74 Athens
 (+30-210) 68 24 517
 (+30-210) 68 24 520

Itália

Via Sardegna 38
I-00187 Roma
 (+39) 06 47 19 1
 (+39) 06 42 87 34 38

Polónia

Plac Piłsudskiego 1
PL-00-078 Warszawa
 (+48-22) 310 05 00
 (+48-22) 310 05 01

Portugal

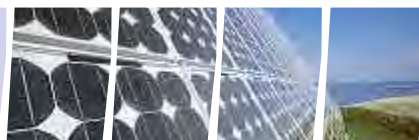
Avenida da Liberdade, 190-4º A
P-1250-147 Lisboa
 (+351) 213 42 89 89
 (+351) 213 47 04 87

Reino Unido

2 Royal Exchange Buildings
London EC3V 3LF
 (+44) 20 73 75 96 60
 (+44) 20 73 75 96 99

Roménia

Str. Jules Michelet 18-20
R-010463 București, Sector 1
 (+40-21) 208 64 00
 (+40-21) 317 90 90



África do Sul

5 Greenpark Estates
27 George Storrar Drive
Groenkloof
0181 Tshwane (Pretoria)
☎ (+27-12) 425 04 60
✉ (+27-12) 425 04 70

Caraíbas

1, Boulevard du Général de Gaulle
F-97200 Fort-de-France
☎ (+596) 596 74 73 10
✉ (+596) 596 56 18 33

Egipto

6, Boulous Hanna Street
Dokki, 12311 Giza
☎ (+20-2) 33 36 65 83
✉ (+20-2) 33 36 65 84

Marrocos

Riad Business Center
Aile sud, Immeuble S3, 4^e étage
Boulevard Er-Riad
Rabat
☎ (+212) 37 56 54 60
✉ (+212) 37 56 53 93

Pacífico

Level 32, ABN AMRO Tower
88 Phillip Street
Sydney NSW 2000
Austrália
☎ (+61-2) 82 11 05 36
✉ (+61-2) 82 11 05 38

Quénia

Africa Re Centre, 5th floor
Hospital Road, PO Box 40193
KE-00100 Nairobi
☎ (+254-20) 273 52 60
✉ (+254-20) 271 32 78

Senegal

3, rue du Docteur Roux
BP 6935, Dakar-Plateau
☎ (+221) 338 89 43 00
✉ (+221) 338 42 97 12

Tunísia

70, avenue Mohamed V
TN-1002 Tunis
☎ (+216) 71 28 02 22
✉ (+216) 71 28 09 98



Fundo Europeu de Investimento

www.eif.org - ✉ info@eif.org

43, avenue J.F. Kennedy
L-2968 Luxembourg

☎ (+352) 42 66 88 1
✉ (+352) 42 66 88 200

No CD-Rom anexo à presente brochura apresentam-se as informações contidas nos três volumes do Relatório Anual, assim como o documento “*Corporate Responsibility 2007*” e as principais brochuras e documentos publicados em 2007, nas diferentes línguas disponíveis.

O Relatório Anual pode também ser consultado no sítio Web do BEI www.eib.org/report



O BEI agradece aos seguintes promotores e fornecedores pelas fotografias que ilustram o presente relatório:

Jp Laudanski, Vinci construction Grands Projets (edifício do BEI)

As restantes fotografias e ilustrações foram fornecidas pelo Atelier gráfico do BEI.



Grupo Banco Europeu de Investimento • Grupo Banco Europeu de Investimento • Grupo Banco Europeu de Investimento • Grupo Banco Europeu de Investimento



ISBN 978-92-861-0729-0

